



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**BRASÍLIA  
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127, da Decisão Normativa TCU nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013).

**Unidades Jurisdicionadas:** COAD, ANP, DITEC, CGTI, COF.

**BRASÍLIA  
MARÇO/2014**

## SUMÁRIO

### 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO 12

- 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada 12
- 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade 13
- 1.3 Organograma Funcional 15
- 1.4 Macroprocessos finalísticos 16
- 1.5 Macroprocessos de Apoio 19
- 1.6 Principais Parceiros 21

### 2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS 22

Os itens “Programas Temáticos” e “Ações/Subtítulos OFSS” não se aplicam a esta UJ. 22

- 2.1 Planejamento da unidade 22
- 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados 25
  - 2.2.1 Objetivos 25
  - 2.2.2 Ações 28
- 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão 36

### 3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 38

- 3.1 Estrutura de Governança 38
- 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos 38
- 3.3 Sistema de Correição 40
- 3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU 41
- 3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos 41

### 4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 42

- 4.1 Execução das despesas 42
  - 4.1.1 Programação 42
  - 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa 43
  - 4.1.3 Realização da Despesa 49
- 4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores 53
  - Fonte: COF/DLOG 53
  - 4.2.1 Análise Crítica 53
- 4.3 Transferências de Recursos 54
  - 4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício 54
  - 4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 54
  - 4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 55
  - 4.3.4 Análise Crítica 56
- 4.4 Suprimento de Fundos 56
  - 4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo 56
  - 4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) 56
  - 4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos 57
  - 4.4.4 Análise Crítica 57

### 5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 60

- 5.1 Estrutura de pessoal da unidade 60
  - 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 60
  - 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 62
  - 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 63
  - 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 65

- 5.1.5 Cadastramento no Sisac 65
- 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 66
- 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 67
- 5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 67
- 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários 68
  - 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 68
  - 5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 69
  - 5.2.3 Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2 72
  - 5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários 72
- 6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 73**
  - 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros 73
  - 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário 76
    - 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 76
    - 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional 77
- 7 Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento 79**
  - 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) 79
    - 7.1.1 Análise Crítica 80
- 8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 81**
  - 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 81
  - 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 83
- 9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 84**
  - 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU 84
    - 9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 84
    - 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 87
    - 9.1.3 Cumprimento do Acórdão TCU – Plenário 1449/2012 90
  - 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI 91
    - 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício 91
    - 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 97
  - 9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 99
    - 9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 99
    - 9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações 100
  - 9.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário 101
  - 9.5 Alimentação SIASG E SICONV 101
- 10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 102**
- 11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 105**
  - 11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 105
  - 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis 106
    - 11.2.1 Declaração Plena 106
    - 11.2.2 Declaração com Ressalva 108
- 12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 110**
  - 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ 110

## ÍNDICE DE TABELAS

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	12
QUADRO 2: RELAÇÃO DE MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
QUADRO 3: RELAÇÃO DE MACROPROCESSOS DE APOIO	19
QUADRO 4: OBJETIVOS	25
QUADRO 5: AÇÕES - OFSS	28
QUADRO 6: AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS	33
QUADRO 7: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	38
QUADRO 8: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	42
QUADRO 9: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	43
QUADRO 10: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	49
QUADRO 11: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	49
QUADRO 12: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	50
QUADRO 13: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	51
QUADRO 14: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	52
QUADRO 15: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
QUADRO 16: CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	54
QUADRO 17: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	54
QUADRO 18: – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE	55
QUADRO 19: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	56
QUADRO 20: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	56
QUADRO 21: - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)	57
QUADRO 22: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	60
QUADRO 23: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	62
QUADRO 24: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	63
QUADRO 25: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	65
QUADRO 26: INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	65
QUADRO 27: ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	65
TABELA 28: ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	66
TABELA 29: REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	66
TABELA 30: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	68
QUADRO 31: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	69
QUADRO 32: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	72
QUADRO 33: INFORMAÇÕES DE VEÍCULOS DA UJ	73
QUADRO 34: CUSTOS ASSOCIADOS AOS VEÍCULOS DA UJ	74
QUADRO 35: IDADE MÉDIA DA FROTA DE VEÍCULOS	75
QUADRO 36: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	76
QUADRO 37: DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	77
QUADRO 38: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	79
QUADRO 39: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	81
QUADRO 40: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	83
QUADRO 41: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	84

QUADRO 42: SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 87

QUADRO 43: RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI 91

QUADRO 44: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 97

QUADRO 45: DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR 99

QUADRO 46: MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013 101

QUADRO 47: PEDIDOS SOLICITADOS AO SIC POR TIPO DE RESPOSTA 103

QUADRO 48: LOCALIZAÇÃO DOS SOLICITANTES 103

QUADRO 49: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. 106

QUADRO 50: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. 108

QUADRO 51: ARRECADAÇÃO DO FUNAPOL – EXERCÍCIO 2013 110

QUADRO 52: ARRECADAÇÃO – SÉRIE HISTÓRICA 2006/2013 111

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**ANP** – Academia Nacional de Polícia  
**CGTI** – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação  
**CGU-PR** – Controladoria-Geral da União  
**CIGE** – Centro Integrado de Gestão Estratégica  
**CINTEPOL** – Centro Integrado de Inteligência Policial  
**CNAE** – Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
**CNPJ** – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
**COAD** – Coordenação de Administração  
**COF** – Coordenação de Orçamento e Finanças  
**COGER** – Corregedoria-Geral  
**CPGF** – Cartão de Pagamentos do Governo Federal  
**CRH** – Coordenação de Recursos Humanos  
**DEA** – Despesas de Exercícios Anteriores  
**DEOF** – Divisão de Execução Orçamentária e Financeira  
**DFSP** – Departamento Federal de Segurança Pública  
**DG** – Direção-Geral  
**DGP** – Diretoria de Gestão de Pessoal  
**DICON** – Divisão de Licitações e Contratos  
**DITEC** – Diretoria Técnico-Científica  
**DLOG** – Diretoria de Administração e Logística Policial  
**DN** – Decisão Normativa  
**DPF** – Departamento de Polícia Federal  
**DRH** – Divisão de Recursos Humanos  
**DSG** – Divisão de Serviços Gerais  
**EGPS** – Escritório de Gestão de Projetos Setorial  
**FGV** – Fundação Getúlio Vargas  
**FUNAPOL** – Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal  
**IN** – Instrução Normativa  
**INI** – Instituto Nacional de Identificação  
**INTERPOL** – Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC/INTERPOL)  
**IPL** – Inquérito Policial  
**ISO** – International Standards Organization  
**LOA** – Lei Orçamentária Anual  
**MJ** – Ministério da Justiça  
**OCI** – Órgão de Controle Interno  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PLOA** - Projeto de Lei Orçamentária  
**Port.** – Portaria  
**PPA** – Plano Plurianual  
**PROMOTEC** – Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal  
**RG** – Relatório de Gestão  
**SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
**SIAPÉ** – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
**SIASG** – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
**SICONV** – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria  
**SINARM** – Sistema Nacional de Armas

**SIORG** – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
**SPIUNET** – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
**SR** – Superintendência Regional  
**TCU** – Tribunal de Contas da União  
**TI** – Tecnologia da Informação  
**UG** – Unidade Gestora  
**UGO** – Unidade Gestora Orçamentária  
**UJ** – Unidade Jurisdicional  
**UO** – Unidade Orçamentária  
**VANT** – Veículo Aéreo Não Tripulado



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui uma das peças do processo de prestação de contas relativa ao exercício de 2013 da atual gestão do Departamento de Polícia Federal a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, consolidando as informações sobre a gestão das unidades do Órgão Central no ano de 2013.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e os atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), tendo por referência a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 127/2013, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar o relatório de gestão referente ao exercício de 2013, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação; e a Portaria TCU nº 175/2013, que dispõe sobre as orientações de preenchimento dos conteúdos do relatório de gestão.

Este relatório de gestão está estruturado de forma a espelhar a organização e a apresentação do conteúdo, de acordo com o roteiro do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, ressalvando que, para o conteúdo geral deste relatório, não se aplicam os itens estabelecidos nas partes B e C do referido anexo, pois constituem fatos e/ou situações que não se verificaram no DPF.

Em seguida, seguem as principais realizações do exercício. Em 2013, a Polícia Federal continuou a empreender esforços no sentido de cumprir sua missão, qual seja, “manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária da União”.

Na área de gestão estratégica, foi elaborada a arquitetura de processos da Polícia Federal e o plano diretor de processos, bem como se procedeu à criação dos indicadores de desempenho do órgão, com a conseqüente revisão das ações do Plano Estratégico da Polícia Federal. Em 2014, está prevista a condução do projeto piloto de diagnóstico de melhorias em gestão de unidades descentralizadas.

Em sua atividade policial de cunho predominantemente administrativo, foram expedidos cerca de 2.000.000 (dois milhões) de documentos de viagem (passaportes). Os pedidos de refúgio processados alcançaram a marca de 15.000 (quinze mil) unidades, dentre os quais, 9.526 (nove mil, quinhentos e vinte e seis) realizados por cidadãos do Haiti. Foram emitidas mais de 120.000 (cento e vinte mil) carteiras de identidade de estrangeiros. Nas atividades de segurança privada, realizou-se o cadastramento biométrico dos vigilantes que trabalharam nos estádios, bem como a relevante evolução do sistema GESP – Gestão Eletrônica de Segurança Privada. Ressalta-se a participação do órgão na elaboração e acompanhamento da minuta do projeto de novo estatuto de segurança privada que está em fase final de formatação.

No que concerne aos Grandes Eventos, a Polícia Federal coordenou e acompanhou as ações da Copa das Confederações FIFA 2013 e Jornada Mundial da Juventude, ocorridas entre junho e agosto de 2013, com o emprego de 3.400 (três mil e quatrocentos) servidores.

Destaca-se a elaboração do manual de atuação do controle de armas em grandes eventos e a regulamentação do credenciamento e fiscalização de psicólogos, bem como na atualização dos cadastros de estoque de armas de fogo dos revendedores autorizados. Em 2014, na área de identificação, espera-se a finalização do programa HORUS, o qual prevê elaboração de retrato falado de alta definição.

Na área de investigação e combate ao crime organizado, a Polícia Federal vem reprimindo todas as formas de desvios de recursos públicos, crimes previdenciários, cibernéticos e fraudes bancárias, sendo deflagradas, no período, aproximadamente 65 operações policiais de repressão a esses delitos, dentre as quais destacam-se as Operações SINAPSE e ESOPO, envolvendo mais R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) em verbas dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, respectivamente. Para melhor instrumentalizar o combate aos crimes previdenciários, efetivou-se a constituição de equipes de Forças-Tarefa e Grupos de Repressão e está em andamento o Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social-MPS e o Ministério da Justiça-MJ, representados pela APEGR e DPF, para sedimentar ações conjuntas no combate aos crimes previdenciários.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE) proporcionou relevante acréscimo no índice de apreensão de entorpecentes. As apreensões de drogas superaram os resultados de anos anteriores, dando-se destaque para a apreensão de dinheiro em espécie, que ultrapassou o montante de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), enquanto que o total de patrimônio apreendido (dinheiro, bens móveis e imóveis) com organizações criminosas de tráfico de drogas atingiu R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Todas as ações estão amparadas pelo PROGRAMA GISE e PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS, com forte enfoque nas atividades de investigações que tramitam em toda a extensão do território nacional. Por fim, destacam-se as ações de erradicação de maconha, realizadas nos estados da Bahia e Pernambuco, que possibilitaram a extração de mais de 838.000 (oitocentos e trinta e oito mil) pés de maconha, que representam algo em torno de 250 (duzentas e cinquenta) toneladas de maconha que deixaram de ser introduzidas no comércio ilegal. Além disso, no âmbito internacional, cabe destaque as ações conjuntas da Polícia Federal com as polícias do Paraguai (SENAD – Secretaria Nacional Anti Drogas) e do Peru (PNP - Polícia Nacional do Peru).

Na área de inteligência da Polícia Federal, em 2013 a ferramenta SINAPSE foi aprimorada com a inclusão de novos bancos de dados. O SISVANT passou a operar de forma ininterrupta, com a assinatura do contrato de manutenção, tendo sido realizadas diversas operações na região de fronteira e no Estado do Rio de Janeiro, além de ações conjuntas com a Força Aérea Brasileira e Marinha do Brasil. Foram disponibilizados vários cursos e especializações na área de inteligência policial para servidores de outros órgãos, culminando com a assinatura de novos acordos de cooperação técnica. Houve também relevante atuação na área de inteligência estratégica, antiterrorismo e contra-inteligência por ocasião dos grandes eventos, principalmente em parceria com agências internacionais.

Na área técnico-científica, em 2013, houve significantes avanços na implantação de Banco de Dados de Perfis Genéticos, em especial, o de Condenados e o de Crianças Desaparecidas; no aperfeiçoamento do Sistema de Movimentação e Transmissão de Dados Bancários (SIMBA) e no processo de acreditação dos laboratórios de Genética Forense e de Química Forense da perícia criminal. Houve a ampliação das atividades relacionadas à cooperação técnica, com a renovação do Projeto Brasil-Bolívia, que prevê apoio técnico ao sistema de controle integrado de redução de cultivos de coca. Cabe destacar a aquisição de diversos equipamentos de última geração para uso em situações com suspeitas de bombas e explosivos, visando à atuação do órgão nos grandes eventos. Em 2014, espera-se a conclusão da obra de reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística (INC), que será o maior centro de difusão de ciências forenses do país, propiciando atividades de capacitação e treinamento a policiais brasileiros e estrangeiros, além de abrigar o futuro Banco Nacional de Dados de Bombas e Explosivos.

No que concerne à gestão de pessoal, este ano foi retomado o concurso para ampliar o quadro de servidores, bem como ministrados cursos presenciais e na modalidade à distância para capacitação de 22.016 servidores. Para 2014, almeja-se executar os concursos públicos para diversos cargos, dentre editais já publicados ou aqueles que ainda se espera aprovação para serem realizados. E, na Academia Nacional de Polícia, pretende-se formar 1.200 policiais federais, além de realizar os cursos de capacitação continuada definidos no Plano Anual de Capacitação – PAC 2014 e de Capacitação Internacional.

No que diz respeito às aquisições de 2013, foram desenvolvidos dois planos importantes: plano de investimento em tecnologia da informação e o plano de recuperação de embarcações, os quais investiram na recuperação de equipamentos e embarcações do órgão. A Polícia Federal inovou ao realizar o primeiro leilão de veículos da história do órgão, arrecadando cerca de R\$ 1 milhão. Para 2014, planeja-se a execução de leilões regionais de veículos, além da aquisição de 2.000 (dois mil) coletes balísticos femininos, de viaturas, de 3.000 (três mil) armas de uso pessoal (pistolas), 600 (seiscentos) fuzis e munições letais e não letais de diversos calibres.

Por fim, quanto ao tema obras, em 2013, foram inauguradas as Superintendências Regionais no Acre e em Roraima. Em fase de elaboração dos projetos para construção, encontram-se as seguintes obras: Centro de Comando e Controle em Brasília; Delegacias de Polícia Federal de Juiz de Fora/MG, Tabatinga/AM, Pacaraima/RR, Ponta Porã/MS, Corumbá/MS, Vilhena/RO, Guajará-Mirim/RO, Sinop/MT, Rondonópolis/MT, Cáceres/MT, Marabá/PA, Altamira/PA, Santarém/PA, Chuí/RS e Uruguaiana/RS; e, residências funcionais em Tabatinga/AM, Pacaraima/RR, Ponta Porã/MS, Corumbá/MS, Oiapoque/AP, Cáceres/MT, Guajará/RO, Vilhena/RO, Cruzeiro do Sul/AC e Etitaciolândia/AC.

Para 2014, espera-se a reforma de algumas Superintendências, Delegacias e dos estandes de tiro da Academia Nacional de Polícia.

A principal dificuldade para realização dos objetivos da UJ foi o contingenciamento orçamentário no exercício, o que afetou diretamente o cumprimento de algumas metas estabelecidas no PPA.

Outro fato que merece destaque é a carência de profissionais de engenharia e arquitetura no órgão. Em que pese haja recursos disponíveis para a melhoria da infraestrutura física, inclusive com programas específicos para investimento em regiões de difícil provimento de efetivo, não foi possível concluir parte dos projetos de engenharia para a viabilização da construção e reforma de unidades fronteiriças (delegacias, superintendências regionais e residências funcionais).

# 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

## 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Departamento de Polícia Federal			
<b>Denominação Abreviada:</b> DPF			
<b>Código SIORG:</b> 324	<b>Código LOA:</b> 30108	<b>Código SIAFI:</b> 200334	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0014-50	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 9999-9
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2024-8100	(61) 2024-8417	
<b>Endereço Eletrônico:</b> dlog@dpf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> SAS, Quadra 6, Lotes 8 e 9, Brasília-DF, CEP 70037-900			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas</b>			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Coordenação de Administração (COAD)	00.394.494/0014-50	200334	22351
Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COF)	00.394.494/0003-06	200336	22406
Academia Nacional de Polícia (ANP)	00.394.494/0083-82	200340	00329
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	00.394.494/0080-30	200342	00331
Diretoria Técnico-Científica (DITEC)	00.394.494/0087-06	200406	75391
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;			
Lei Complementar 89, de 18.02.1997 (FUNAPOL);			
Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);			
Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);			
Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 2877/MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno;			
Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das Unidades do DPF).			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Código SIAFI	Nome		
200334	Coordenação de Administração		
200336	Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade		
200340	Academia Nacional de Polícia		
200342	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação		
200406	Diretoria Técnico-Científica		
<b>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro/Funapol		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200334		00001	
200336		00001	
200340		00001	

## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve:

*apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).*

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

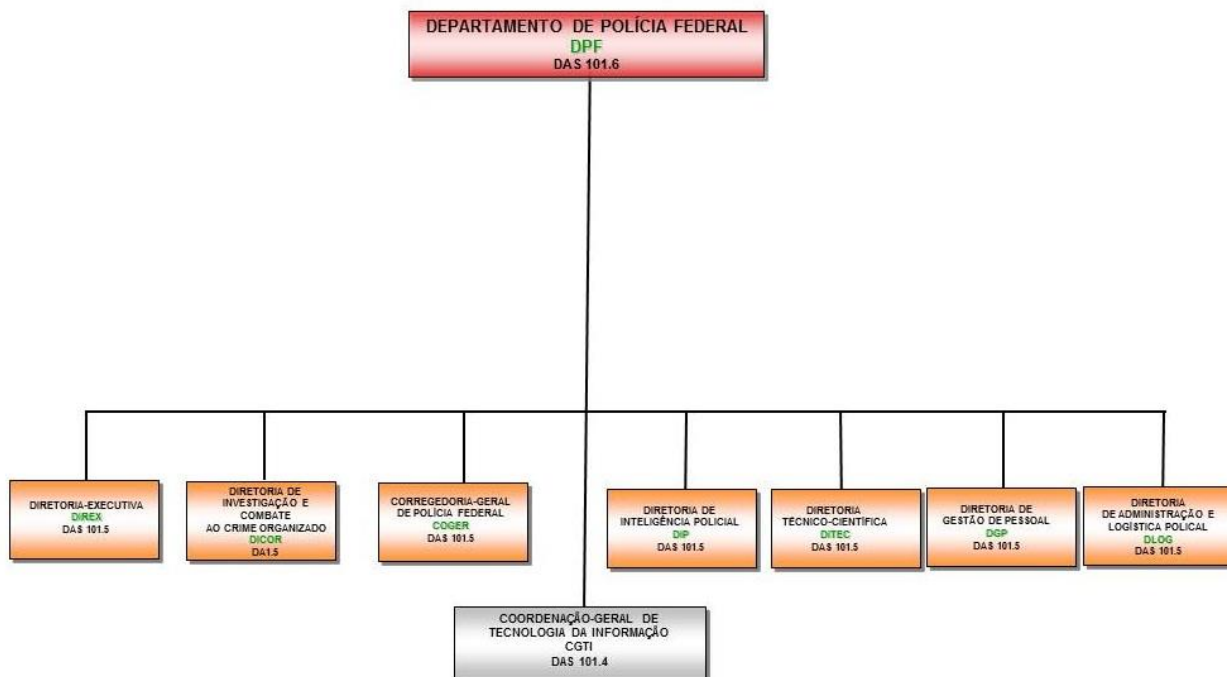
Cabem ainda à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

O Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL foi instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, e tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar o Departamento de Polícia Federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas.

Conforme o Decreto 2381 de 12 de novembro de 1997, os recursos do FUNAPOL são aplicados em ações de modernização, aparelhamento e operacionalização das atividades

do DPF, na construção/reforma/revitalização de suas edificações, na formação de seus quadros e na participação em eventos técnico-científicos de interesse policial, no custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores policiais em missão, dentre outras aplicações.

### 1.3 Organograma Funcional



As atribuições dos órgãos centrais são:

#### Direção-Geral

Promover a execução das atividades, ações e operações, a fim de estabelecer os objetivos, políticas, metas prioritárias da Polícia Federal em consonância com as diretrizes de segurança pública estabelecidas pelo Ministro de Estado da Justiça, expedindo os atos administrativos necessários à consecução dos objetivos finalísticos; firmar contratos, convênios e outros atos negociais congêneres com entidades de direito público e privado; gerir os recursos orçamentários e financeiros consignados à Polícia Federal; Administrar o Departamento de Polícia Federal procedendo as adequações necessárias a estrutura do órgão, bem como as demais incumbências definidas em Regimento Interno.

#### Diretoria-Executiva

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de polícia marítima, aeroportuária, de fronteiras, segurança privada, controle de produtos químicos, controle de armas, registro de estrangeiros, controle migratório e outras atividades de polícia administrativa; além de prestar apoio operacional às atividades finalísticas, bem como de segurança institucional, de dignitários e de depoente especial, identificação humana civil e criminal e emissão de documentos de viagem.

#### Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a atividade de investigação criminal de infrações penais praticadas por organizações criminosas, contra os direitos humanos e comunidades indígenas, contra o meio ambiente e patrimônio histórico, contra a ordem econômica e o sistema financeiro nacional, contra a ordem política e social, de tráfico ilícito de drogas e de armas, de contrabando e descaminho de bens, de lavagem de ativos, de repercussão interestadual ou internacional e que exija repressão uniforme e em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.

#### Corregedoria-Geral de Polícia Federal

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar, orientar a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária; disciplinar e apurar as infrações cometidas por servidores da Polícia Federal.

#### Diretoria de Inteligência Policial

Dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência no âmbito da Polícia Federal, bem como planejar e executar operações de contrainteligência e antiterrorismo.

#### Diretoria Técnico-Científica

Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de perícia criminal e as relacionadas a bancos de perfis genéticos.

#### Diretoria de Gestão de Pessoal

Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de seleção, formação e capacitação de servidores, pesquisa e difusão de estudos científicos relativos à segurança pública e gestão de pessoal.

#### Diretoria de Administração e Logística Policial

Dirigir, planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de orçamento e finanças, modernização da infraestrutura e logística policial e gestão administrativa de bens e serviços.

#### Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

Propor diretrizes para o planejamento, a supervisão, a coordenação, a orientação e a avaliação da política de informática, tecnologia da informação e de telecomunicações; dotar a Polícia Federal de sistemas informatizados integrados, administrar os recursos da tecnologia da informação, incluindo a internet e intranet, bem como as instalações da rede de telecomunicações; identificar as necessidades, bem como supervisionar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento, a implantação, a implementação, a manutenção e a atualização tecnológica dos sistemas corporativos; coordenar e acompanhar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática e de telecomunicações.

### **1.4 Macroprocessos finalísticos**

**QUADRO 2: RELAÇÃO DE MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>DIRETORIA RESPONSÁVEL</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Cooperação Internacional	DIREX	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Inteligência Policial	DIP	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional



<p>Controle da Segurança Privada</p>	<p>DIREX</p>	<p>Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos</p>
<p>Controle de Armas de Fogo</p>	<p>DIREX</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</p>
<p>Controle Migratório</p>	<p>DIREX</p>	<p>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</p>
<p>Controle de Precursores Químicos</p>	<p>DIREX</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.</p>
<p>Identificação Civil</p>	<p>DIREX</p>	<p>Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.</p>

Segurança de Pessoas	DIREX	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	DIREX	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	DICOR/DIP	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	DICOR	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Investigação Criminal	DICOR/DIP	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	DIREX	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
Criminalística	DITEC	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

Cabe ressaltar que durante o exercício, foi executada a segunda etapa do Projeto de Implantação da Gestão de Processos com o objetivo de identificar os principais processos organizacionais finalísticos e dispô-los em uma estrutura hierárquica denominada Arquitetura de Processos, cujas principais características são:

- a) reflete os grandes e principais Processos da Instituição;
- b) implementa estrutura para organização dos Processos;
- c) não reflete a estrutura organizacional;

- d) apresenta estrutura de governança dos Processos (donos e gestores);
- e) não apresenta redundância ou repetição de processos; e
- f) possibilita a priorização e a seleção de Processos para fins de análise e implementação de melhorias.

Para a elaboração dessa arquitetura foram realizadas aproximadamente 213 entrevistas (em torno de 475 horas), contando com a participação de representantes de todas as Unidades Centrais (Institutos, Coordenações, Divisões, Serviços, Áreas e demais unidades), da Academia Nacional de Polícia (ANP/DGP/DPF) e da Superintendência Regional em Santa Catarina (Unidade Descentralizada).

Os dados coletados nessas entrevistas foram consolidados e agrupados em função de suas peculiaridades e especificidades, resultando na proposta da Arquitetura de Processos da Polícia Federal. Essa proposta foi validada em primeira instância em cada uma das Diretorias, em reuniões que contaram com a presença dos respectivos Diretores, e finalmente, aprovada pelo senhor Diretor-Geral em 20/03/2013 (Despacho nº 351/2013-GAB/DPF).

Para compor tal arquitetura, após análises e validações, foram definidos 25 (vinte e cinco) Macroprocessos que formam a estrutura central de processos da PF e a respectiva estrutura de governança, ou seja, as áreas responsáveis pela sua gestão (Dono).

No segundo nível de detalhamento da Arquitetura de Processos, distribuídos em relação aos citados 25 (vinte e cinco) Macroprocessos, foram dispostos 275 (duzentos e setenta e cinco) Processos.

## 1.5 Macroprocessos de Apoio

**QUADRO 3: RELAÇÃO DE MACROPROCESSOS DE APOIO**

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>DIRETORIA RESPONSÁVEL</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Comunicação Institucional	DG	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Correição e Controles Internos	DG	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	DG/DLOG	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	DG	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.

Gestão do Conhecimento	DG	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	DG	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
Gestão de Pessoas	DGP	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.
Gestão de Tecnologia da Informação	DG	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.
Gestão de Obras e Edificações	DLOG	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	DLOG	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	DLOG	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.
Correição e Controles Internos	DG	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

## **1.6 Principais Parceiros**

Os principais parceiros do Departamento de Polícia Federal são órgãos públicos federais que possuem atividades correlatas à repressão e à elucidação de crimes de sua competência, tais como IBAMA, FUNAI, Ministério do Trabalho, ABIN, INSS, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, INCRA, SESGE, Ministério da Agricultura, dentre outros.

Na esfera administrativa, existem atividades prestadas por entes públicos, tais como Casa da Moeda, SERPRO, Correios, SENAD e diversas universidades, que trabalham em conjunto nos mais variados procedimentos e atividades de suporte do Órgão.

Cabe destacar os parceiros importantes que atuam no sistema de investigação criminal do país: os órgãos do sistema judiciário, do ministério público e as outras polícias (civil, militar e rodoviária federal).

## **2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Os itens “Programas Temáticos” e “Ações/Subtítulos OFSS” não se aplicam a esta UJ.

### **2.1 Planejamento da unidade**

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isso decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários (histórias sobre a forma que o mundo pode assumir), sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem se formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los. Isto posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por: I – Histórico; II – Negócio; III – Missão; IV – Visão; V – Valores; VI – Fatores Críticos de Sucesso; VII – Políticas Corporativas; VIII – Macro Objetivos; IX – Objetivos Institucionais e X–Ações Estratégicas.
- Portfólio Estratégico, composto de: I – Objetivos Institucionais; e II – Ações Estratégicas.
- Mapa Estratégico, composto de: I – Missão; II – Visão; III – Perspectivas; IV – Macro Objetivos; V – Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; VI – Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

Nesse sentido, cumpre elencar os objetivos institucionais, previstos no planejamento estratégico:

- I - Fortalecer a cultura de gestão estratégica: Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
- II - Valorizar o Servidor: Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- III - Reduzir a Criminalidade: Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- IV - Promover a Cidadania: Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- V - Incrementar os Acordos e Parcerias: Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e

legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

- VI - Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais: Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- VII - Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação: Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.
- VIII - Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico: Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

### **Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos:**

#### **Fortalecer a Cultura de Gestão Estratégica**

Estratégia de Atuação: Consolidação e capacitação de Escritórios de Gestão de Projetos Setoriais nas Superintendências, Coordenações e Diretorias, visando:

- a) disseminação da cultura em gestão de projetos na PF;
- b) uniformização de conceitos e procedimentos nos Escritórios de Projetos;
- c) alinhamento dos projetos setoriais e específicos com as ações estratégicas da PF;
- d) monitoramento dos projetos de forma unificada e integrada com o EGPE;
- e) rápido desenvolvimento dos projetos, usando como base de conhecimento as lições aprendidas de outros/próprios projetos;
- f) solidificar o papel do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos como gestor do Portfólio de Projetos Estratégicos e do Escritório de Projetos Setorial como gestor do Portfólio de Projetos em sua unidade.

#### **Valorizar o Servidor**

Estratégia de Atuação: Aperfeiçoar e consolidar a implantação da Gestão por Competências, através da formação e capacitação orientadas para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, alocando-os adequadamente e visando:

- a) diminuir ou eliminar as distâncias entre as competências necessárias e as existentes, a fim de atingir com maior efetividade os objetivos da organização;
- b) estimular a utilização das atividades de capacitação para o aperfeiçoamento do exercício de funções, para a promoção dos servidores e para a ocupação de cargos de chefia;
- c) motivar e comprometer os servidores com a missão, a visão e os valores do DPF;
- d) alinhar a gestão de pessoas aos objetivos e planejamento estratégicos da organização;
- e) adequar qualitativa e quantitativamente os recursos humanos da Polícia Federal ao desempenho de suas atribuições legais;
- f) disseminar na organização e nas pessoas a cultura do aprendizado permanente e contínuo ao alcance dos objetivos da organização.

#### **Ampliar a Credibilidade Institucional**

Estratégia de Atuação: Elaboração e divulgação de documento que apresente, de forma simples e elucidativa, os principais serviços prestados pela área de recursos humanos da Polícia Federal ao seu servidor, bem como os requisitos, documentação necessária e forma de se requerer informações sobre o processamento do serviço, tempo estimado de espera para atendimento, unidade responsável e outras informações relevantes ao servidor.

#### **Reduzir a Criminalidade**

#### **Estratégia de Atuação:**

- a) planejamento da atuação da Polícia Federal em suas atividades institucionais relacionadas à Copa das Confederações, em cada uma das áreas de atuação listadas no Escopo de alto nível (Polícia Marítima, Logística, Armas, Inteligência, imigração, Segurança de Dignitários, Segurança Cibernética, Centro de Comando e Controle, Segurança Aeroportuária, Grupo de Pronto Intervenção, Telecomunicações, Interpol, Bombas e Explosivos, Canil, Comunicação Social, Corregedoria, Identificação de Vitimas de Desastres – DVI, Aviação Operacional) para a confecção dos respectivos Planos, visando à prestação de serviços de qualidade;
- b) capacitação de recursos humanos da Polícia Federal e outras forças de segurança na matéria de Gerenciamento e Negociação em Eventos Críticos, visando à segurança dos Grandes Eventos;
- c) planejamento da capacitação destinada à padronização das ações de combate ao tráfico de pessoas e exploração sexual infantil nas regiões pólo das cidades onde ocorrerá a construção de estádios e jogos da Copa do Mundo 2014;
- d) aquisição de equipamentos táticos específicos suficientes para equipar todo o efetivo do Comando de Operações Táticas/DIREX e dos Grupos de Pronto Intervenção das Superintendências Regionais para garantir a eficaz atuação em casos de crises de médio, alto e altíssimo risco durante a realização da Copa do Mundo de 2014;
- e) estabelecimento e implantação da metodologia para coleta, produção e custódia das provas inerentes às atribuições da Polícia Federal para garantir a integridade das provas e confiabilidade da coleta, produção e custódia e sistematizar os procedimentos utilizados para coleta, produção e custódia das provas;
- f) capacitação destinada à padronização operacional das atividades de segurança de dignitários e a segurança das autoridades que estarão presentes na Copa das Confederações 2013, na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016;
- g) capacitação para o Combate a Corrupção e Lavagem de Dinheiro aperfeiçoando o desempenho dos policiais que atuam especificamente na área de crimes financeiros e desenvolver competência aos demais policiais. Divulgação das atividades da Polícia Federal no combate aos crimes financeiros e integração com os demais órgãos.

#### **Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**

Estratégia de Atuação: customização dos módulos de gestão de documentos, metas, declaração de disponibilidade orçamentária, contratos, almoxarifado e patrimônio desenvolvido pela Universidade do Rio Grande do Norte - UFRN para que o sistema atenda às necessidades da PF.

#### **Consolidar a Governança em TI**

##### **Estratégia de Atuação:**

- a) padronização e regulamentação do atendimento das demandas de TI;
- b) contratação de serviço para interligação (links) de computadores para ampliar a capacidade de transmissão de dados do controle migratório, garantir maior disponibilidade dos pontos de controle migratório e aperfeiçoar o atendimento ao cidadão.

#### **Promover a Cidadania**

Estratégia de Atuação: implementação da Central de Relacionamento e Ouvidoria para seus usuários o qual proverá suporte imediato aos serviços disponibilizados pelo DPF. Aperfeiçoamento da capacidade de atendimento dos serviços disponibilizados ao público interno e externo (cidadão), tais como: Produtos Químicos, Segurança Privada, Antecedentes Criminais, Registro de Armas e Ouvidoria.



Em relação aos riscos e limitações, o principal entrave identificado foi a carência do efetivo de servidores. O DPF encerrou o exercício de 2013 com um efetivo de cerca de 11.400 (onze mil e quatrocentos policiais), o que dificulta e limita a capacidade operacional do órgão. Espera-se que novas autorizações de concurso por parte do Ministério do Planejamento sejam expedidas, a fim de que possam ser preenchidos todos os cargos policiais disponíveis (cerca de 15.000).

A carreira de apoio administrativo encerrou o exercício com um contingente baixo, o que compromete as atividades de apoio do órgão. Em 2013 foi publicado edital de concurso público para admissão de 600 servidores, esperando que os mesmos sejam nomeados no primeiro semestre de 2014.

O frequente contingenciamento orçamentário que foi imposto durante o exercício tornou a tarefa de planejamento mais desafiadora, uma vez que várias ações foram interrompidas e retomadas ao longo de 2013, principalmente no que se refere à reforma e construção de instalações, aquisição de equipamentos e investimentos em modernização e tecnologia da informação.

Ante o exposto, foram priorizadas as ações voltadas para manutenção das atividades operacionais, principalmente no tocante às atividades de repressão ao crime organizado e combate à corrupção e desvios de verbas públicas, visando fortalecer a atividade-fim do órgão.

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.1 Objetivos

QUADRO 4: OBJETIVOS

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
<b>Código</b>	0825	<b>Órgão</b>	Ministério de Justiça			
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania			<b>Código</b>	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio	Documentos de viagem expedidos	9.000.000	2.295.862	4.231.542	47,0
02	Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio	Registros de entrada e saída	90.000.000	21.361.393	30.632.128	34,0
03	Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778	Inquéritos relatados	310.778	66.144	124.574	40,0
04	Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras	Próprios residenciais	350	0	0	0,0
05	Modernização de 21 Unidades	Unidades	21	14	17	80,95

	do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras						
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)	
01	80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas	Pessoas indiciadas	80	9	19	23,75	
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)	
01	Região Centro-Oeste	Pessoas indiciadas	28	3	5	17,8	
02	Região Norte	Pessoas indiciadas	32	2	4	12,5	
03	Região Sul	Pessoas indiciadas	20	5	8	40	
METAS QUALITATIVAS							
Sequencial	Descrição da Meta						
01	Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal						
02	Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador.						
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO							
Descrição	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
Código	0830	Órgão	Ministério de Justiça				
Programa	Segurança Pública com Cidadania				Código	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)	
01	336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL	Acessos à ferramenta	336.000	105.041	162.906	48,4	
02	68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)	Documentos produzidos	68.000	11.210	18.767	25,6	
03	Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio	Registros	24.000.000	0	13.000.000	54,1	
04	Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para	Aeronaves	14	0	2	14,2	

	14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)					
05	Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal	Servidores capacitados	8.000	11.876	25.922	324
06	Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União	Unidades policiais	70	2	5	7,1
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
01	Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio.					
02	Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material.					
03	Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação.					
04	Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL).					
05	Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF.					

### 2.2.1.1 Análise Situacional

Os principais problemas enfrentados estão relacionados às atividades de construção e reforma das unidades, cujas metas estão aquém do previsto inicialmente.

Como exemplo, tem-se a meta que previa a construção de próprios nacionais residenciais para servidores do DPF. Não foi possível o atendimento, pois a empresa ganhadora da licitação desistiu do contrato, sendo necessária a contratação da segunda, o que acarretou um atraso que impossibilitou o término do projeto em 2013.

Cabe destacar a grande carência de engenheiros e arquitetos lotados na DEA/CPLAM (Divisão e Engenharia e Arquitetura). Atualmente existem dois engenheiros e um arquiteto, os quais não possuem condições de gerenciar cerca de 70 projetos de engenharia existentes, apesar de haver solicitação no MPOG de pedido de realização de concurso público para provimento de vagas na área de engenharia / arquitetura.

No tocante à meta de emissão de passaportes, há de se ressaltar que, a expedição de passaporte no país é suscetível às variações principalmente do dólar e euro, e no corrente ano, houve valorização grande dessas moedas. Mesmo assim, foram expedidos mais de 2,1 milhões de documentos, o que vem ajudando no cumprimento da meta estabelecida para o PPA 2012/2015.

Em relação ao SISVANT, o sistema foi reativado após a assinatura do contrato de manutenção das aeronaves no primeiro semestre de 2013, o que vem possibilitando uma reavaliação mais concreta de seu funcionamento, levando-se em conta as necessidades de estrutura física e de recursos humanos para gerenciar a possível expansão do sistema (compra de mais aeronaves). Está sendo providenciada a seguinte estrutura para o aperfeiçoamento do sistema: criação de sala de situação, estabelecimento de novas bases, treinamento e formação de pilotos e operadores, aquisição de equipamentos (sensores, radares, peças de reposição) e contratação de serviços para operação do sistema (banda satelital). Em dezembro de 2013, o Diretor-Geral do DPF criou a NIVANT (Núcleo de Inteligência do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados), estrutura essa vinculada à Delegacia de Foz do Iguaçu, a qual proverá apoio de inteligência policial às ações de prevenção e repressão à criminalidade, com o máximo de segurança, eficiência e eficácia, no âmbito do SISVANT.

Em relação ao AFIS, o sistema foi ampliado para 13.000.000 de registros no exercício de 2012, os quais já foram utilizados em 99% (situação em outubro de 2013).

Considerando a taxa de crescimento atual do sistema, será necessário redimensionar a meta, de forma que a base de dados atinja cerca de 50.000.000 registros em 2015. Quanto à interoperabilidade, manteve-se integração com o Estado da Bahia e de Rondônia e trabalhasse, atualmente, na implementação da interoperabilidade com o Distrito Federal e com os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, além das demais Unidades Federativas que sediarão os Grandes Eventos. Atualmente há um processo de contratação visando à ampliação do sistema para mais 7,2 milhões de registros, totalizando 20 milhões, com expectativa de funcionamento a partir de 2014.

A imposição de limites de empenho ocasionou o não-cumprimento de algumas metas financeiras, o que impactou diretamente o cumprimento da respectiva meta física.

## 2.2.2 Ações

### 2.2.2.1 Ações - OFSS

#### QUADRO 5: AÇÕES - OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	09HB <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
350.665.790,00	428.535.521,00	428.535.521,00	394.613.943,00	394.613.943,00	0,00	33.921.578,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
9.685.258,73	0,00	9.685.258,73	Não há		-	-
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20TP <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.973.969.293,00	2.093.569.293,00	2.093.569.293,00	2.064.874.045,00	2.061.753.963	0,00	28.695.248,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
10.150.139,28	2.627.531,23	7.522.115,00	Não há		-	-
Identificação da Ação						
<b>Código</b>	0181 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Pagamento de aposentadorias e pensões					
<b>Programa</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas da União <b>Código:</b> 0089					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.257.296.003	1.330.770.455	1.330.765.005	1.326.208.959	1.326.208.273	0	4.556.046
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
554.173,00	6.379,88	547.793,00	Não há		-	-
Identificação da Ação						

<b>Código</b>	2010 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Auxílio pré-escolar aos dependentes dos servidores					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.102.600,00	3.122.600,00	3.121.070,00	3.121.070,00	3.083.675,00	0,00	37.395,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Criança atendida			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				3538	-	3538
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
56.000,00	154,00	5.845,89	Não há	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2012 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.988.800,00	62.797.700,00	62.444.042	62.432.843,00	62.432.843,00	0,00	11.198,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa Beneficiada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				14251	-	14251
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.059.230,09	0,00	1.059.230,09	Não há	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2011 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.766.916,00	1.831.916,00	1.827.610,00	1.802.471,00	1.802.471,00	0,00	25.139,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa beneficiada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				818	-	1617
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
93.000,00	0,00	93.000,00	Não há	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2004 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.862.189,00	38.412.189,00	37.422.723,39	34.504.541,00	34.5043.541,00	0	2.913.254,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa beneficiada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				27.026	-	29.562
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
184.544	155.948	0,89	Não há		-	-
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	0716 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais <b>Código:</b> 0901					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>			
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
348.000,00	157.022,00	156.763,00	156.763,00	156.763,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20UE <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal					
<b>Iniciativa</b>	03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp					
<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. <b>Código: 0830</b>					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Restos a Pagar inscritos 2013</b>			
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
104.185.025,00	88.185.025,00	47.815.538,10	13.625.872,35	13.450.384,53	-	34.189.665,75
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Instituição aprimorada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				1	-	1
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20V2 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica – CINTEPOL					
<b>Iniciativa</b>	03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp					

<b>Objetivo</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material. <b>Código:</b> 0830					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000.000,00	21.000.000,00	6.590.732,35	4.878.913,41	1.890.294,10	0,00	1.711.818,94
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Acesso realizado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			138.400	-	105.041	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2586 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros					
<b>Iniciativa</b>	03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.( Momento 9000 - Momento LOA+Créditos ). <b>Código:</b> 0825					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
90.000.000,00	170.000.000,00	148.863.740,77	120.235.936,94	111.952.681,71		28.627.803,83
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Passaporte emitido		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			840.000	2.131.112	2.131.112	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
24.288.179,89	12.668.209,10	10.006.875,73	-	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2726 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União					
<b>Iniciativa</b>	03DN Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.( Momento 9000 - Momento LOA+Créditos ). <b>Código:</b> 0825					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático		

<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
157.600.000,00	192.600.000,00	162.227.075,26	102.985.920,23	102.241.722,38		59.241.155,03
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Operação realizada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			2.001	711	1.312	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
81.071.385,11	65.733.982,87	357.704,24	-	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	201C <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON					
<b>Iniciativa</b>	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.( Momento 9000 - Momento LOA+Créditos ). <b>Código:</b> 0825					
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.211.000,00	74.211.000,00	58.741.852,10	10.766.753,88	9.752.260,49		47.975.098,22
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Operação apoiada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			200	2	2	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
69.604.859,19	32.959.299,03	4.905.498,74	-	-	-	
<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2000 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30108					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
427.831.500,00	447.831.500,00	427.990.443,03	324.166.923,55	311.406.395,69		103.823.519,48
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
72.629.308,56	46.130.940,77	15.778.330,55	-	-	-	



2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

QUADRO 6: AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	128K <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Implantação de sistema de veículos aéreos não tripulados - SISVANT				
<b>Programa</b>	Prevenção e Repressão à Criminalidade <b>Código:</b> 0662 <b>Tipo:</b> Temático				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.028.778,84	220.640,80	181.599,84	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	14M4 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Ações de segurança pública, a cargo da Polícia Federal, na conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável – conferência Rio+20				
<b>Programa</b>	Prevenção e Repressão à Criminalidade <b>Código:</b> 0662 <b>Tipo:</b> Temático				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
403.615,41	314.295,82	27.192,97	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2679 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Repressão ao tráfico ilícito de drogas e atividades de controle e fiscalização de produtos químicos				
<b>Programa</b>	Prevenção e Repressão à Criminalidade <b>Código:</b> 0662 <b>Tipo:</b> Temático				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.096.343,55	6.063.651,94	637.015,50	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	4572 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação				
<b>Programa</b>	Prevenção e Repressão à Criminalidade <b>Código:</b> 0662 <b>Tipo:</b> Temático				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
623.589,00	384.915,42	127.504,98	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	1251 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal <b>Código:</b> 1353 <b>Tipo:</b> Temático				
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
26.214.390,15	7.771.067,15	-	-	-	-

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	1K69 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Reforma e modernização do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal	<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
270.655,30	-	-	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	5E07 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Construção do novo edifício-sede do Departamento da Polícia Federal				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal	<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
134.584,34	17.360,82	117.223,52	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	7E37 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal	<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.561.822,02	12.249.576,18	312.245,84	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	7I78 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Construção do edifício-sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal	<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.707.179,00	-	11.707.179,00	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	7L82 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia federal no Amapá				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal	<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático		
<b>Unidade Orçamentária</b>	30909				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
19.418.220,94	13.482.902,24	-	-	-	-
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	8600 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Manutenção e atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal	<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático		

<b>Unidade Orçamentária</b>		30909			
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.051.347,94	891.110,00	160.237,94	-	-	-
<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	8979 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Reforma e modernização das unidades do Departamento de Polícia Federal				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal		<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>		30909			
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.898.163,10	6.121.236,46	6.009.943,48			
<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	8980 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Construção e ampliação de unidades do Departamento de Polícia Federal				
<b>Programa</b>	Modernização da Polícia Federal		<b>Código:</b> 1353	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>		30909			
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.441.162,21	2.363.742,12	218.856,54			
<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2712 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Formação de pessoal do sistema de justiça criminal				
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>		30909			
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
14.343.993,90	11.997.780,18	542.297,21	-	-	-
<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2720 <b>Tipo:</b> Atividade				
<b>Título</b>	Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública				
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>		30909			
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
132.475,37	26.702,09	10.705,77			
<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	5022 <b>Tipo:</b> Projeto				
<b>Título</b>	Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre				
<b>Programa</b>	Segurança Pública com Cidadania		<b>Código:</b> 2070	<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>		30909			
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizado

01/01/2013				medida	
12.258.590,94	12.258.590,94	-	-	-	-

### 2.2.2.3 Análise Situacional

Em relação aos projetos de engenharia, cabe ressaltar que houve prejuízo na execução de boa parte dos mesmos, tendo em vista a grande carência de engenheiros e arquitetos lotados na DEA/CPLAM (Divisão e Engenharia e Arquitetura). Atualmente existem dois engenheiros e um arquiteto, os quais não possuem condições de gerenciar cerca de 70 projetos de engenharia existentes, apesar de haver solicitação no MPOG de pedido de realização de concurso público para provimento de vagas na área de engenharia / arquitetura.

Por outro lado, a formação de pessoal na Academia Nacional de Polícia vem superando todas as metas fixadas, em razão da otimização de ações educacionais na modalidade de ensino a distância, que de forma direta, abrange grande quantidade de servidores, com custos bastante reduzidos, demonstrando o potencial de disseminação de conhecimentos da modalidade em EAD.

## 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Em relação a investimentos em equipamentos e sistemas, destacam-se a renovação do parque de tecnologia de informação da Sede e o execução do Plano Nacional de Investimento em Tecnologia da Informação, os quais objetivaram a modernização de ativos de informática e rede de comunicação de dados para atender, principalmente, às atividades-fim do órgão.

Preparando-se para os Grandes Eventos, a Polícia Federal realizou a aquisição, no exercício, de 36 veículos blindados, além de escudos balísticos, equipamento de visão noturna, escadas táticas, capacetes balísticos, miras holográficas, aquisição de camionete SUV para operações especiais e sistema de vídeo monitoramento tático remoto e gerenciamento de crise, totalizando investimento nessa ação de R\$ 20 milhões.

Fato relevante foi a realização do primeiro leilão de veículos (83 viaturas) em 2013, cuja arrecadação alcançou R\$ 1.012.000,00. O órgão pretende leiloar 500 veículos em todas as unidades gestoras do DPF em 2014, de modo a permitir a gestão eficiente da frota, ao substituir viaturas inservíveis por veículos novos.

A Diretoria Técnico-Científica recebeu investimentos da ordem de R\$ 11 milhões, os quais foram aplicados em estações de trabalho pericial, plataforma automatizada DNA e equipamentos para o laboratório de genética.

O Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010/2022)” teve como principal objetivo a elaboração de indicadores de desempenho, para acompanhamento dos Objetivos Institucionais do Plano Estratégico 2010/2022 da Instituição e possibilitar o monitoramento e a avaliação institucionais, foi concluído em 2013.

Destaca-se que os indicadores resultantes desse trabalho não são exaustivos nem estanques. Constituem iniciativa da Polícia Federal em definir indicadores de desempenho que permitam monitorar o alcance dos Objetivos Institucionais, que devem, continuamente, ser objeto de aperfeiçoamento e incremento.

Tais indicadores, em 2014, estarão sob análise e avaliação, para verificar a sua capacidade de traduzir o desempenho da Instituição. Além disso, outras informações e

variáveis estão sendo analisadas, com o objetivo de elaborar propostas de outros indicadores, além desses, que estão em fase de testes.

### 3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

O item “Remuneração Paga a Administradores” não se aplica a esta UJ

#### 3.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança interna do DPF consiste na existência de instâncias que têm por fim auxiliar o órgão no alcance dos objetivos institucionais. Para isso, o Departamento conta com um Assessor de Controle Interno que tem por atribuição auxiliar a Direção-Geral em assuntos relacionados à aderência do órgão aos atos legais e normativos; à comunicação interna de decisões; à comunicação externa com órgãos diversos, sobretudo Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU.

Além do Assessor de Controle Interno, o DPF conta com servidores responsáveis pelos procedimentos de controle relacionados aos atos e fatos registrados no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Esses procedimentos consistem na certificação de todos os registros dos atos e dos fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI, além da verificação de documentos hábeis que comprovem as operações. Essa tarefa é realizada pela conformidade de registro de gestão, cuja normatização encontra-se na macrofunção 02.03.14, da Secretaria do Tesouro Nacional.

O ambiente e controle do órgão central é reforçado com Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI. Esse trabalho tem por base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI, e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada para o respectivo registro.

Ademais, a existência dos controles internos administrativos consubstanciados nos normativos internos; nos controles setoriais de procedimentos; nas fiscalizações internas; nas ações como revogação e anulação de atos administrativos; nas apurações de responsabilidades quando da ocorrência de fraudes, desvios e dano ao erário, com o devido ressarcimento aos cofres públicos; e nas comunicações oficiais por meio de Boletins internos de Serviço ou e-mail funcional agregam valor à estrutura interna de governança.

Quanto à estrutura de governança externa à UJ, vale mencionar os trabalhos desenvolvidos pela Advocacia-Geral da União, que como órgão governante superior assiste o DPF no controle interno da legalidade dos atos administrativos por ele praticados. Mencionem-se ainda os trabalhos de auditorias anuais de gestão, de auditorias de acompanhamento e de julgamento das contas do DPF desenvolvidos pela CGU e pelo TCU. Todos esses procedimentos ajudam o Departamento a conhecer eventuais falhas na gestão, corrigir procedimentos e atingir os objetivos institucionais.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO 7: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>As novas perspectivas emanadas pelo TCU, com base nos conceitos de governança e controle, levaram à reestruturação da visão estratégica do controle no exercício de 2013.</p> <p>Esse novo contexto possibilitou o planejamento de ações voltadas para o fortalecimento dos mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, assim como promovem a <i>accountability</i> e a transparência, de forma a garantir a eficácia e a efetividade das ações e a fornecer subsídios para um processo decisório de qualidade.</p> <p>Constata-se na UJ ambiente de controle com elevado grau de normatização e responsabilização dos servidores e funcionários. Em relação ao risco, por concentrar os órgãos centrais de uma instituição policial, a avaliação na UJ é realizada constante e intensamente, porém, em sua maioria, de forma empírica e assistemática, razão pela qual não foi possível avaliar os itens 11 a 15 desse tópico.</p> <p>Por fim, esclarece-se que os quesitos foram analisados por integrantes da direção e assessoramento da alta administração, de diferentes cargos, conhecedores das diversas áreas da UJ, dentre eles, a Assessoria de Controle Interno. As respostas tiveram por base a percepção dos participantes em relação à cultura organizacional da UJ, que foram levados a vincular as percepções a evidências fáticas ou documentais, chegando-se ao resultado apresentado.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.3 Sistema de Correição

O sistema de correição conta com a presença, na unidade central, da Corregedoria-Geral (COGER/DPF), que opera com 64 servidores (policiais e AADMs), 06 terceirizados, 01 copeira e 02 servidores da limpeza, para exercerem suas atividades.

A autoridade competente para instaurar e julgar os procedimentos instaurados no âmbito da Corregedoria-Geral é o Corregedor-Geral. A COGER/DPF dispõe de 02 (duas) unidades específicas para desenvolvimento de atividades de correição: a Coordenação-Geral de Correições (CGCOR) - responsável pela correição dos inquéritos policiais e a Coordenação de Disciplina (CODIS) - responsável pela correição dos procedimentos administrativos disciplinares.

Na Coordenação de Disciplina/COGER/DPF, funcionam 03 (três) Comissões Permanentes de Disciplina (CPDs). Cada uma é composta de quatro servidores, sendo um presidente, dois membros e um secretário.



No âmbito das Unidades Centrais, foram instaurados 80 procedimentos administrativos disciplinares em 2013, sendo 15 processos administrativos disciplinares, 06 Sindicâncias Acusatórias, 43 Sindicâncias Investigativas e 16 Sindicâncias Patrimoniais.

Os resultados dos procedimentos instaurados pela COGER, em 2013, foram: 3 casos de suspensão, 15 de arquivamento, 59 pendentes de decisão e 03 transformados em outro procedimento. Não houve demissão nem cassação de aposentadoria.

#### **3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

Cabe destacar que o determinado na Portaria nº 1.043/2007 da CGU-PR está sendo cumprido integralmente pela Corregedoria-Geral, bem como pelas unidades descentralizadas deste Departamento de Polícia Federal, não sendo detectada, até o presente momento, nenhuma irregularidade pendente de solução.

#### **3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

O DPF não instituiu, no exercício de 2013, indicadores de avaliação do funcionamento do modelo de governança da UJ. Contudo, para o exercício de 2014, está em curso um trabalho piloto que tem por objetivo a construção de indicador que agregue informações sobre procedimentos de controle e avaliação de risco, de forma a identificar a aderência da UJ às normas de governança existentes.

#### 4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Não houve ocorrência no exercício dos subitens “Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos” e “Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse”.

Em relação subitens “Renúncias sob a Gestão da UJ” e “Gestão de Precatórios”, os mesmos não se aplicam a esta UJ.

O item referente às “Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação”, por se tratar de créditos recebidos por movimentação pela UJ, tem os mesmos dados do Quadro 12, visto que a UG que recebe os créditos originários está inclusa na UJ.

O item referente às “Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação”, por se tratar de créditos recebidos por movimentação pela UJ, tem os mesmos dados do Quadro 14, visto que a UG que recebe os créditos originários está inclusa na UJ.

#### 4.1 Execução das despesas

##### 4.1.1 Programação

**QUADRO 8: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**

Unidade Orçamentária : Departamento de Polícia Federal			Código UO: 30108		UGO: 200336	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			3.581.931.086	0,00	767.090.021	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		275.944.183	0,00	108.443.900	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		- 5.000.000	0,00	-17.781.280	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013 (A)			3.852.875.269	0,00	857.752.641	
Dotação final 2012(B)			3.680.709.411	19.915.345	852.089.091	
Variação (B/A-1)*100			4,7	-100	0,7	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			206.814.745	0,00	0,00	0,00
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		80.781.280	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	65.438.248	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	-110.438.248	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013 (A)			242.596.025	0,00	0,00	161.171.159
Dotação final 2012(B)			414.614.365	0,00	27.597.612	24.040.415
Variação (A/B-1)*100			-41,5	-	-100	570,4

Fonte: COF/DLOG

#### 4.1.1.1 Análise Crítica

O aumento dos créditos nos grupos 1 e 3 decorre do aumento no número de servidores decorrentes de concurso público, do aumento nos valores dos contratos e tarifas públicas, do impacto da inflação sobre os custos da administração, bem como a insuficiência de créditos originalmente aprovados pelo Congresso Nacional que possibilitasse a manutenção das atividades do DPF. A maior parte dos créditos suplementares é decorrente do superávit financeiro do FUNAPOL.

O aumento dos créditos obtidos no grupo 4 trata-se de suplementação com a finalidade de realizar investimentos em diversas áreas da segurança pública relacionadas a infraestrutura das 35 Unidades Gestoras da Polícia Federal. No que se refere aos créditos extraordinários reabertos estes derivam da Medida Provisória encaminhada pela Casa Civil, no final do exercício de 2012, para a manutenção dos investimentos prioritários do Governo Federal, tendo em vista que o Congresso Nacional não teve tempo hábil para votação do orçamento em 2012.

#### 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

**QUADRO 9: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010806122211209HB	428.535.521,00	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080612221122000	-	-	398.587.013,21
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010806122211220TP	2.093.569.293,00	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010806181207020UE	-	-	12.872.159,63
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080618120702586	-	-	140.220.836,77
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080618120702726	-	-	121.015.063,50
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010806183207020V2	-	-	6.590.732,35
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080630121122004	-	-	38.398.279,10
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080630621122012	-	-	62.444.347,22
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080633121122011	-	-	1.827.610,24
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080636521122010	-	-	3.122.600,00
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080927200890181	1.330.770.454,84	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	301082884609010716	-	-	157.021,59
Concedidos	200336	Vide Obs.	3090714421207020WS	-	-	704.477,33
Concedidos	200336	Vide Obs.	301010612221122000	-	-	2.245.556,09
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010106181207020UD	-	-	2.750,00
Concedidos	200336	Vide Obs.	301010618120708855	-	-	8.042.827,76
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010106183207014WH	-	-	7.344.160,10
Concedidos	200336	Vide Obs.	301010618320707U23	-	-	25.545.116,80
Concedidos	200336	Vide Obs.	341040306205814262	-	-	100.217,77
Concedidos	200336	Vide Obs.	369011012221152000	-	-	1.800.000,00
Concedidos	200336	Vide Obs.	551010812221222000	-	-	10.002,58
Recebidos	200336	200334	3010806122211209HB	428.535.521,00	-	-
Recebidos	200336	200334	301080612221122000	-	-	71.986.551,32
Recebidos	200336	200334	3010806122211220TP	2.093.569.293,00	-	-
Recebidos	200336	200334	3010806181207020UE	-	-	9.036.481,56
Recebidos	200336	200334	301080618120702586	-	-	105.717.642,33
Recebidos	200336	200334	301080618120702726	-	-	30.428.767,16
Recebidos	200336	200334	3010806183207020V2	-	-	6.590.732,35
Recebidos	200336	200334	301080630121122004	-	-	38.268.345,48
Recebidos	200336	200334	301080630621122012	-	-	62.397.115,63
Recebidos	200336	200334	301080633121122011	-	-	1.827.484,24
Recebidos	200336	200334	301080636521122010	-	-	3.120.940,40
Recebidos	200336	200334	301080927200890181	1.330.698.475,73	-	-
Recebidos	200336	200334	301082884609010716	-	-	157.021,59
Recebidos	200336	200334	3090714421207020WS	-	-	704.477,33
Recebidos	200336	200334	301010612221122000	-	-	47.228,92
Recebidos	200336	200334	301010618120708855	-	-	8.042.827,76

Recebidos	200336	200334	3010106183207014WH	-	-	80.895,26
Recebidos	200336	200334	301010618320707U23	-	-	4.754.257,43
Recebidos	200336	200334	551010812221222000	-	-	10.002,58
Recebidos	200336	200338	301080612221122000	-	-	8.190.424,63
Recebidos	200336	200338	301080618120702726	-	-	1.409.965,21
Recebidos	200336	200338	301080630121122004	-	-	10.403,44
Recebidos	200336	200338	301080630621122012	-	-	2.128,00
Recebidos	200336	200338	301010612221122000	-	-	77.813,99
Recebidos	200336	200338	301010618320707U23	-	-	303.709,55
Recebidos	200336	200340	301080612221122000	-	-	8.852.718,70
Recebidos	200336	200340	3010806181207020UE	-	-	3.835.678,07
Recebidos	200336	200340	301080618120702726	-	-	517.223,57
Recebidos	200336	200340	301010618320707U23	-	-	214.653,40
Recebidos	200336	200340	341040306205814262	-	-	100.217,77
Recebidos	200336	200340	369011012221152000	-	-	1.800.000,00
Recebidos	200336	200342	301080612221122000	-	-	49.481.252,55
Recebidos	200336	200342	301080618120702586	-	-	22.003.194,44
Recebidos	200336	200342	301080618120702726	-	-	6.110.788,02
Recebidos	200336	200342	301010618320707U23	-	-	85.285,70
Recebidos	200336	200344	301080612221122000	-	-	3.185.693,56
Recebidos	200336	200344	301080618120702726	-	-	1.196.324,28
Recebidos	200336	200344	301010612221122000	-	-	10.770,95
Recebidos	200336	200344	3010106183207014WH	-	-	282.198,04
Recebidos	200336	200344	301010618320707U23	-	-	86.956,06
Recebidos	200336	200346	301080612221122000	-	-	9.631.345,86
Recebidos	200336	200346	301080618120702726	-	-	2.991.302,78
Recebidos	200336	200346	301010612221122000	-	-	42.580,60
Recebidos	200336	200346	3010106183207014WH	-	-	298.899,84
Recebidos	200336	200346	301010618320707U23	-	-	1.156.509,21
Recebidos	200336	200350	301080612221122000	-	-	15.967.057,85
Recebidos	200336	200350	301080618120702726	-	-	5.136.759,04
Recebidos	200336	200350	301080630121122004	-	-	27.166,00
Recebidos	200336	200350	301080630621122012	-	-	3.437,83
Recebidos	200336	200350	301080927200890181	8.941,26	-	-
Recebidos	200336	200350	301010612221122000	-	-	54.164,35
Recebidos	200336	200350	3010106181207020UD	-	-	1.900,00
Recebidos	200336	200350	3010106183207014WH	-	-	317.390,32
Recebidos	200336	200350	301010618320707U23	-	-	1.156.936,97
Recebidos	200336	200352	301080612221122000	-	-	8.485.039,07
Recebidos	200336	200352	301080618120702726	-	-	1.753.477,17
Recebidos	200336	200352	301080927200890181	3.723,17	-	-
Recebidos	200336	200352	301010612221122000	-	-	30.051,05
Recebidos	200336	200352	3010106183207014WH	-	-	351.681,31
Recebidos	200336	200352	301010618320707U23	-	-	136.984,01
Recebidos	200336	200354	301080612221122000	-	-	7.945.280,70
Recebidos	200336	200354	301080618120702726	-	-	3.676.072,80
Recebidos	200336	200354	301080630121122004	-	-	10.100,54
Recebidos	200336	200354	301010612221122000	-	-	45.925,08
Recebidos	200336	200354	3010106183207014WH	-	-	540.594,63
Recebidos	200336	200354	301010618320707U23	-	-	477.583,13
Recebidos	200336	200356	301080612221122000	-	-	20.923.209,78
Recebidos	200336	200356	301080618120702586	-	-	4.800.000,00
Recebidos	200336	200356	301080618120702726	-	-	6.151.904,59
Recebidos	200336	200356	301080630121122004	-	-	38.643,15
Recebidos	200336	200356	301080630621122012	-	-	155,24
Recebidos	200336	200356	301080636521122010	-	-	1.530,00
Recebidos	200336	200356	301080927200890181	50.230,65	-	-
Recebidos	200336	200356	301010612221122000	-	-	40.794,88
Recebidos	200336	200356	301010618320707U23	-	-	1.823.243,20
Recebidos	200336	200358	301080612221122000	-	-	3.282.639,16
Recebidos	200336	200358	301080618120702726	-	-	1.091.056,91
Recebidos	200336	200358	301080630121122004	-	-	516,00
Recebidos	200336	200358	3010106183207014WH	-	-	203.468,47
Recebidos	200336	200358	301010618320707U23	-	-	190.552,07
Recebidos	200336	200360	301080612221122000	-	-	40.115.975,47
Recebidos	200336	200360	301080618120702586	-	-	7.700.000,00
Recebidos	200336	200360	301080618120702726	-	-	7.795.660,93
Recebidos	200336	200360	301080630121122004	-	-	1.050,00

Recebidos	200336	200360	301010612221122000	-	-	114.031,39
Recebidos	200336	200360	3010106181207020UD	-	-	300,00
Recebidos	200336	200360	301010618320707U23	-	-	2.452.674,57
Recebidos	200336	200362	301080612221122000	-	-	2.798.234,36
Recebidos	200336	200362	301080618120702726	-	-	1.431.419,38
Recebidos	200336	200364	301080612221122000	-	-	10.653.211,10
Recebidos	200336	200364	301080618120702726	-	-	3.611.333,55
Recebidos	200336	200364	301080630121122004	-	-	8.382,53
Recebidos	200336	200364	301080630621122012	-	-	3.150,55
Recebidos	200336	200364	301010612221122000	-	-	2.413,91
Recebidos	200336	200364	3010106183207014WH	-	-	420.863,56
Recebidos	200336	200364	301010618320707U23	-	-	443.958,51
Recebidos	200336	200366	301080612221122000	-	-	8.901.622,22
Recebidos	200336	200366	301080618120702726	-	-	3.062.655,37
Recebidos	200336	200366	301010612221122000	-	-	22.207,65
Recebidos	200336	200366	3010106183207014WH	-	-	214.653,81
Recebidos	200336	200366	301010618320707U23	-	-	328.582,27
Recebidos	200336	200368	301080612221122000	-	-	2.400.363,52
Recebidos	200336	200368	301080618120702726	-	-	951.732,55
Recebidos	200336	200368	301010612221122000	-	-	12.359,45
Recebidos	200336	200368	3010106183207014WH	-	-	146.540,65
Recebidos	200336	200368	301010618320707U23	-	-	69.162,04
Recebidos	200336	200370	301080612221122000	-	-	9.762.176,10
Recebidos	200336	200370	301080618120702726	-	-	2.742.622,96
Recebidos	200336	200370	301080636521122010	-	-	129,60
Recebidos	200336	200370	301010612221122000	-	-	28.865,94
Recebidos	200336	200370	3010106183207014WH	-	-	28.643,57
Recebidos	200336	200370	301010618320707U23	-	-	1.150.647,95
Recebidos	200336	200372	301080612221122000	-	-	16.363.756,80
Recebidos	200336	200372	301080618120702726	-	-	6.414.084,74
Recebidos	200336	200372	301010612221122000	-	-	63.327,17
Recebidos	200336	200372	3010106181207020UD	-	-	550,00
Recebidos	200336	200372	3010106183207014WH	-	-	139.669,81
Recebidos	200336	200372	301010618320707U23	-	-	2.104.456,59
Recebidos	200336	200374	301080612221122000	-	-	7.140.210,79
Recebidos	200336	200374	301080618120702726	-	-	3.147.656,15
Recebidos	200336	200374	301080630121122004	-	-	9.138,00
Recebidos	200336	200374	301080630621122012	-	-	8.731,60
Recebidos	200336	200374	301080633121122011	-	-	126,00
Recebidos	200336	200374	301010612221122000	-	-	397.661,06
Recebidos	200336	200374	3010106183207014WH	-	-	457.930,48
Recebidos	200336	200374	301010618320707U23	-	-	297.945,46
Recebidos	200336	200376	301080612221122000	-	-	5.075.806,25
Recebidos	200336	200376	301080618120702726	-	-	1.798.917,17
Recebidos	200336	200376	301080630121122004	-	-	1.096,00
Recebidos	200336	200376	301080630621122012	-	-	566,55
Recebidos	200336	200376	3010106183207014WH	-	-	336.764,15
Recebidos	200336	200376	301010618320707U23	-	-	451.200,16
Recebidos	200336	200378	301080612221122000	-	-	7.317.491,17
Recebidos	200336	200378	301080618120702726	-	-	2.217.164,24
Recebidos	200336	200378	301080630621122012	-	-	305,18
Recebidos	200336	200378	301010612221122000	-	-	148.261,38
Recebidos	200336	200378	3010106183207014WH	-	-	419.014,67
Recebidos	200336	200378	301010618320707U23	-	-	338.870,32
Recebidos	200336	200380	301080612221122000	-	-	5.503.422,06
Recebidos	200336	200380	301080618120702726	-	-	2.474.419,63
Recebidos	200336	200380	301080630121122004	-	-	1.998,00
Recebidos	200336	200380	301080630621122012	-	-	6.107,64
Recebidos	200336	200380	3010106183207014WH	-	-	245.534,69
Recebidos	200336	200380	301010618320707U23	-	-	153.390,24
Recebidos	200336	200382	301080612221122000	-	-	8.481.845,65
Recebidos	200336	200382	301080618120702726	-	-	3.262.904,21
Recebidos	200336	200382	301080927200890181	847,35	-	-
Recebidos	200336	200382	3010106183207014WH	-	-	352.787,88
Recebidos	200336	200382	301010618320707U23	-	-	426.766,38
Recebidos	200336	200384	301080612221122000	-	-	4.530.955,51
Recebidos	200336	200384	301080618120702726	-	-	1.449.395,43
Recebidos	200336	200384	301010612221122000	-	-	10.708,50

Recebidos	200336	200384	3010106183207014WH	-	-	260.453,73
Recebidos	200336	200384	301010618320707U23	-	-	246.514,81
Recebidos	200336	200386	301080612221122000	-	-	9.463.731,49
Recebidos	200336	200386	301080618120702726	-	-	3.091.997,08
Recebidos	200336	200386	301010612221122000	-	-	87.501,15
Recebidos	200336	200386	3010106183207014WH	-	-	609.356,80
Recebidos	200336	200386	301010618320707U23	-	-	467.079,05
Recebidos	200336	200388	301080612221122000	-	-	5.490.523,50
Recebidos	200336	200388	301080618120702726	-	-	2.175.981,70
Recebidos	200336	200388	301080630121122004	-	-	1.090,96
Recebidos	200336	200388	301080630621122012	-	-	6.068,00
Recebidos	200336	200388	301010612221122000	-	-	63.730,85
Recebidos	200336	200388	3010106183207014WH	-	-	373.886,83
Recebidos	200336	200388	301010618320707U23	-	-	219.078,99
Recebidos	200336	200390	301080612221122000	-	-	2.447.757,64
Recebidos	200336	200390	301080618120702726	-	-	1.504.670,48
Recebidos	200336	200390	301080630121122004	-	-	2.220,00
Recebidos	200336	200390	301080630621122012	-	-	16.581,00
Recebidos	200336	200390	3010106183207014WH	-	-	272.355,99
Recebidos	200336	200390	301010618320707U23	-	-	145.332,91
Recebidos	200336	200392	301080612221122000	-	-	6.640.240,30
Recebidos	200336	200392	301080618120702726	-	-	2.710.492,93
Recebidos	200336	200392	301080630121122004	-	-	1.475,00
Recebidos	200336	200392	301080927200890181	8.236,68	-	-
Recebidos	200336	200392	301010612221122000	-	-	56.480,09
Recebidos	200336	200392	3010106183207014WH	-	-	62.315,98
Recebidos	200336	200392	301010618320707U23	-	-	624.894,51
Recebidos	200336	200394	301080612221122000	-	-	5.939.257,19
Recebidos	200336	200394	301080618120702726	-	-	2.202.738,04
Recebidos	200336	200394	301080630121122004	-	-	4.440,00
Recebidos	200336	200394	301010612221122000	-	-	46.389,57
Recebidos	200336	200394	3010106183207014WH	-	-	337.119,58
Recebidos	200336	200394	301010618320707U23	-	-	339.017,28
Recebidos	200336	200396	301080612221122000	-	-	4.840.342,58
Recebidos	200336	200396	301080618120702726	-	-	1.964.462,57
Recebidos	200336	200396	301080630121122004	-	-	5.525,00
Recebidos	200336	200396	301010612221122000	-	-	89.562,65
Recebidos	200336	200396	3010106183207014WH	-	-	375.045,69
Recebidos	200336	200396	301010618320707U23	-	-	263.275,26
Recebidos	200336	200398	301080612221122000	-	-	6.293.183,65
Recebidos	200336	200398	301080618120702726	-	-	3.430.766,12
Recebidos	200336	200398	301080630121122004	-	-	6.689,00
Recebidos	200336	200398	301010612221122000	-	-	10.149,78
Recebidos	200336	200398	3010106183207014WH	-	-	158.979,87
Recebidos	200336	200398	301010618320707U23	-	-	3.599.779,50
Recebidos	200336	200402	301080612221122000	-	-	3.636.818,39
Recebidos	200336	200402	301080618120702726	-	-	1.041.624,19
Recebidos	200336	200402	301010612221122000	-	-	37.722,23
Recebidos	200336	200402	3010106183207014WH	-	-	53.014,15
Recebidos	200336	200402	301010618320707U23	-	-	348.723,20
Recebidos	200336	200404	301080612221122000	-	-	3.422.415,70
Recebidos	200336	200404	301080618120702726	-	-	1.160.958,82
Recebidos	200336	200404	301010612221122000	-	-	4.853,50
Recebidos	200336	200404	3010106183207014WH	-	-	4.100,34
Recebidos	200336	200404	301010618320707U23	-	-	414.482,70
Recebidos	200336	200406	301080612221122000	-	-	10.714.968,50
Recebidos	200336	200406	301080618120702726	-	-	489.149,77
Recebidos	200336	200406	301010612221122000	-	-	700.000,00
Recebidos	200336	200406	301010618320707U23	-	-	272.613,37
Recebidos	200336	200416	301080612221122000	-	-	2.721.490,09
Recebidos	200336	200416	301080618120702726	-	-	418.613,96
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080612221122000	29.911.309,44	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010806181207020IC	58.741.852,10	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010806181207020UE	34.945.521,83	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	301080618120702586	8.642.904,00	-	-

Concedidos	200336	Vide Obs.	301080618120702726	42.615.065,17	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	4710104121212514VN	11.155.814,43	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	3010106183207014WH	1.883.362,58	-	-
Concedidos	200336	Vide Obs.	301010618320707U23	9.338.416,90	-	-
Recebidos	200336	200334	301080612221122000	2.022.326,00	-	-
Recebidos	200336	200334	3010806181207020IC	18.891.252,27	-	-
Recebidos	200336	200334	3010806181207020UE	897.253,20	-	-
Recebidos	200336	200334	301080618120702586	144.417,40	-	-
Recebidos	200336	200334	301080618120702726	596.503,83	-	-
Recebidos	200336	200334	4710104121212514VN	11.155.814,43	-	-
Recebidos	200336	200334	301010618320707U23	9.338.416,90	-	-
Recebidos	200336	200338	301080612221122000	378.428,65	-	-
Recebidos	200336	200338	301080618120702586	178.842,40	-	-
Recebidos	200336	200338	301080618120702726	33.291,00	-	-
Recebidos	200336	200340	301080612221122000	45.029,50	-	-
Recebidos	200336	200340	3010806181207020UE	4.888.229,30	-	-
Recebidos	200336	200340	301080618120702726	404.249,00	-	-
Recebidos	200336	200342	301080612221122000	301.485,00	-	-
Recebidos	200336	200342	301080618120702726	1.518.049,40	-	-
Recebidos	200336	200344	301080612221122000	479.448,30	-	-
Recebidos	200336	200344	301080618120702586	81.857,80	-	-
Recebidos	200336	200346	301080612221122000	657.250,85	-	-
Recebidos	200336	200346	3010806181207020UE	13.607,60	-	-
Recebidos	200336	200346	301080618120702586	332.031,80	-	-
Recebidos	200336	200346	301080618120702726	2.353.254,00	-	-
Recebidos	200336	200350	301080612221122000	3.247.698,25	-	-
Recebidos	200336	200350	3010806181207020UE	221.321,53	-	-
Recebidos	200336	200350	301080618120702586	384.133,40	-	-
Recebidos	200336	200350	301080618120702726	3.051.336,25	-	-
Recebidos	200336	200352	301080612221122000	581.461,39	-	-
Recebidos	200336	200352	3010806181207020UE	68.762,43	-	-
Recebidos	200336	200352	301080618120702726	273.856,20	-	-
Recebidos	200336	200354	301080612221122000	174.760,66	-	-
Recebidos	200336	200354	3010806181207020IC	4.238.187,88	-	-
Recebidos	200336	200354	301080618120702586	173.823,20	-	-
Recebidos	200336	200354	301080618120702726	1.418.472,66	-	-
Recebidos	200336	200356	301080612221122000	6.483.099,91	-	-
Recebidos	200336	200356	3010806181207020UE	7.368,34	-	-
Recebidos	200336	200356	301080618120702586	1.247.478,80	-	-
Recebidos	200336	200356	301080618120702726	1.370.110,00	-	-
Recebidos	200336	200358	301080612221122000	180.042,12	-	-
Recebidos	200336	200358	301080618120702586	124.988,20	-	-
Recebidos	200336	200358	301080618120702726	535.556,00	-	-
Recebidos	200336	200360	301080612221122000	2.540.751,65	-	-
Recebidos	200336	200360	3010806181207020IC	5.069.840,86	-	-
Recebidos	200336	200360	3010806181207020UE	201.089,78	-	-
Recebidos	200336	200360	301080618120702586	2.994.675,00	-	-
Recebidos	200336	200360	301080618120702726	7.754.761,79	-	-
Recebidos	200336	200362	301080612221122000	54.070,00	-	-
Recebidos	200336	200362	3010806181207020UE	1.355.714,14	-	-
Recebidos	200336	200362	301080618120702726	520.411,00	-	-
Recebidos	200336	200364	301080612221122000	1.436.756,26	-	-
Recebidos	200336	200364	3010806181207020IC	2.685.353,76	-	-
Recebidos	200336	200364	3010806181207020UE	7.980,00	-	-
Recebidos	200336	200364	301080618120702586	387.504,60	-	-
Recebidos	200336	200364	301080618120702726	995.578,00	-	-
Recebidos	200336	200366	301080612221122000	1.781.322,00	-	-
Recebidos	200336	200366	3010806181207020IC	3.372.370,58	-	-
Recebidos	200336	200366	3010806181207020UE	340.319,19	-	-
Recebidos	200336	200366	301080618120702726	9.604,13	-	-
Recebidos	200336	200368	301080612221122000	58.775,00	-	-
Recebidos	200336	200368	3010806181207020IC	977.163,00	-	-
Recebidos	200336	200368	301080618120702726	33.342,10	-	-
Recebidos	200336	200370	301080612221122000	168.388,00	-	-
Recebidos	200336	200370	3010806181207020IC	3.086.899,40	-	-
Recebidos	200336	200370	3010806181207020UE	16.947,85	-	-
Recebidos	200336	200370	301080618120702586	480.009,60	-	-
Recebidos	200336	200370	301080618120702726	1.594,00	-	-

Recebidos	200336	200372	301080612221122000	374.089,30	-	-
Recebidos	200336	200372	3010806181207020IC	5.254.928,35	-	-
Recebidos	200336	200372	3010806181207020UE	45.350,00	-	-
Recebidos	200336	200372	301080618120702586	498.466,40	-	-
Recebidos	200336	200372	301080618120702726	3.158.731,06	-	-
Recebidos	200336	200374	301080612221122000	236.916,89	-	-
Recebidos	200336	200374	3010806181207020IC	6.851.812,70	-	-
Recebidos	200336	200374	301080618120702586	151.753,80	-	-
Recebidos	200336	200374	301080618120702726	10.111,43	-	-
Recebidos	200336	200376	301080612221122000	472.927,67	-	-
Recebidos	200336	200376	301080618120702586	91.714,00	-	-
Recebidos	200336	200376	301080618120702726	903.651,90	-	-
Recebidos	200336	200378	301080612221122000	127.202,35	-	-
Recebidos	200336	200378	3010806181207020IC	1.697.902,60	-	-
Recebidos	200336	200378	3010806181207020UE	183.130,00	-	-
Recebidos	200336	200378	301080618120702586	114.202,00	-	-
Recebidos	200336	200378	301080618120702726	499.361,00	-	-
Recebidos	200336	200380	301080612221122000	397.288,41	-	-
Recebidos	200336	200380	3010806181207020IC	1.331.117,80	-	-
Recebidos	200336	200380	3010806181207020UE	3.624.652,00	-	-
Recebidos	200336	200380	301080618120702586	121.115,60	-	-
Recebidos	200336	200380	301080618120702726	572.517,05	-	-
Recebidos	200336	200382	3010806181207020IC	1.439.353,35	-	-
Recebidos	200336	200382	301080618120702586	177.619,80	-	-
Recebidos	200336	200384	301080612221122000	1.467.773,60	-	-
Recebidos	200336	200384	3010806181207020IC	965.138,00	-	-
Recebidos	200336	200384	301080618120702586	97.585,20	-	-
Recebidos	200336	200384	301080618120702726	5.690,00	-	-
Recebidos	200336	200386	301080612221122000	105.634,58	-	-
Recebidos	200336	200386	3010806181207020IC	2.039.766,10	-	-
Recebidos	200336	200386	3010806181207020UE	595.648,19	-	-
Recebidos	200336	200386	301080618120702586	239.272,60	-	-
Recebidos	200336	200386	301080618120702726	3.897,05	-	-
Recebidos	200336	200388	301080612221122000	343.352,00	-	-
Recebidos	200336	200388	301080618120702586	118.524,00	-	-
Recebidos	200336	200388	301080618120702726	990.868,99	-	-
Recebidos	200336	200390	301080612221122000	360.604,48	-	-
Recebidos	200336	200390	3010806181207020UE	186.150,11	-	-
Recebidos	200336	200390	301080618120702586	58.920,20	-	-
Recebidos	200336	200392	301080612221122000	582.301,46	-	-
Recebidos	200336	200392	3010806181207020UE	7.275.129,67	-	-
Recebidos	200336	200392	301080618120702586	341.537,20	-	-
Recebidos	200336	200392	301080618120702726	1.746.831,32	-	-
Recebidos	200336	200394	301080612221122000	806.561,36	-	-
Recebidos	200336	200394	301080618120702586	45.544,00	-	-
Recebidos	200336	200394	301080618120702726	5.690,00	-	-
Recebidos	200336	200396	301080612221122000	1.780.458,52	-	-
Recebidos	200336	200396	3010806181207020UE	409.397,69	-	-
Recebidos	200336	200396	301080618120702586	56.887,00	-	-
Recebidos	200336	200396	301080618120702726	940.908,80	-	-
Recebidos	200336	200398	301080612221122000	914.849,62	-	-
Recebidos	200336	200398	301080618120702726	867.194,52	-	-
Recebidos	200336	200402	301080612221122000	103.952,00	-	-
Recebidos	200336	200402	3010806181207020IC	840.765,45	-	-
Recebidos	200336	200402	3010806181207020UE	7.262.559,00	-	-
Recebidos	200336	200402	301080618120702726	27.107,00	-	-
Recebidos	200336	200404	301080612221122000	293.129,70	-	-
Recebidos	200336	200404	3010806181207020UE	80.250,00	-	-
Recebidos	200336	200404	301080618120702726	498.173,20	-	-
Recebidos	200336	200406	301080612221122000	938.070,00	-	-
Recebidos	200336	200406	3010806181207020UE	7.264.661,81	-	-
Recebidos	200336	200406	301080618120702726	11.157.206,49	-	-
Recebidos	200336	200406	3010106183207014WH	1.883.362,58	-	-
Recebidos	200336	200416	301080612221122000	15.103,96	-	-
Recebidos	200336	200416	301080618120702726	357.156,00	-	-

Fonte: COF/DLOG



**QUADRO 10: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200336	158195	301080612221122000	0	0	778.611,80
Concedidos	200336	114702	301080612221122000	0	0	200.000,00
Concedidos	200336	110175	301080618120702000	0	0	11.511,83
Recebidos	200094	200336	301010612221122000	0	0	1.545.556,09
Recebidos	200248	200336	301010618320707U23	0	0	25.548.616,80
Recebidos	200248	200336	3010106183207014WH	0	0	7.344.160,10
Recebidos	200330	200336	301010612221122000	0	0	700.000,00
Recebidos	200330	200336	301010618120708855	0	0	8.042.827,76
Recebidos	200330	200336	3010106181207020UD	0	0	2.750,00
Recebidos	200323	200336	3090714421207020WS	0	0	704.477,33
Recebidos	200010	200336	341040306205814262	0	0	110.894,61
Recebidos	257001	200336	369011012221152000	0	0	1.800.000,00
Recebidos	550005	200336	551010812221222000	0	0	10.002,58
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200336	158195	301080612221122000	181.000,00	0	0
Recebidos	200248	200336	301010618320707U23	9.338.416,90	0	0
Recebidos	200248	200336	3010106183207014WH	1.883.362,58	0	0
Recebidos	200248	200336	4710104121212514VN	11.155.814,43	0	0

Fonte: COF/DLOG

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

**QUADRO 11: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL**

Unidade Orçamentária: Departamento de Polícia Federal		Código UO: 30108		UGO: 200336	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>		<b>259.532.375,55</b>	<b>235.557.521,31</b>	<b>248.338.108,74</b>	<b>232.249.740,86</b>
a) Convite		33.485,68	85.979,22	33.485,68	85.979,22
b) Tomada de Preços		152.980,53	877.153,78	152.980,53	877.153,78
c) Concorrência		10.196.223,28	902.621,73	10.078.692,94	902.621,73
d) Pregão		249.149.686,06	233.691.766,58	238.072.949,59	230.383.986,13
e) Concurso		0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta		0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>		<b>181.445.595,56</b>	<b>177.973.044,92</b>	<b>167.744.379,50</b>	<b>177.342.393,86</b>
h) Dispensa		59.650.391,25	67.850.615,33	57.783.055,18	67.263.965,12
i) Inexigibilidade		121.795.204,31	110.122.429,59	109.961.324,32	110.078.428,74
<b>3. Regime de Execução Especial</b>		<b>12.366.179,81</b>	<b>10.902.084,73</b>	<b>12.366.179,81</b>	<b>10.902.084,73</b>
j) Suprimento de Fundos		12.366.179,81	10.902.084,73	12.366.179,81	10.902.084,73
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>		<b>3.975.145.282,82</b>	<b>3.815.853.099,16</b>	<b>3.972.012.661,23</b>	<b>3.815.793.665,74</b>
k) Pagamento em Folha		3.887.520.476,50	3.714.139.852,44	3.884.399.707,56	3.714.109.791,12
l) Diárias		87.624.806,32	101.713.246,72	87.612.953,67	101.683.874,62
<b>5. Outros</b>		<b>36.454.216,17</b>	<b>74.177.414,79</b>	<b>35.394.970,23</b>	<b>74.089.989,14</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>		<b>4.464.943.649,91</b>	<b>4.314.463.164,91</b>	<b>4.435.856.299,51</b>	<b>4.310.377.874,33</b>

Fonte: COF/DLOG

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

**QUADRO 12: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária: Coordenação de Orçamento e Finanças		Código UO: 30108		UGO: 200336	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>259.532.375,55</b>	<b>235.557.521,31</b>	<b>248.338.108,74</b>	<b>232.249.740,86</b>	
a) Convite	33.485,68	85.979,22	33.485,68	85.979,22	
b) Tomada de Preços	152.980,53	877.153,78	152.980,53	877.153,78	
c) Concorrência	10.196.223,28	902.621,73	10.078.692,94	902.621,73	
d) Pregão	249.149.686,06	233.691.766,58	238.072.949,59	230.383.986,13	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>181.445.595,56</b>	<b>177.973.044,92</b>	<b>167.744.379,50</b>	<b>177.342.393,86</b>	
h) Dispensa	59.650.391,25	67.850.615,33	57.783.055,18	67.263.965,12	
i) Inexigibilidade	121.795.204,31	110.122.429,59	109.961.324,32	110.078.428,74	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>12.366.179,81</b>	<b>10.902.084,73</b>	<b>12.366.179,81</b>	<b>10.902.084,73</b>	
j) Suprimento de Fundos	12.366.179,81	10.902.084,73	12.366.179,81	10.902.084,73	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>3.975.145.282,82</b>	<b>3.815.853.099,16</b>	<b>3.972.012.661,23</b>	<b>3.815.793.665,74</b>	
k) Pagamento em Folha	3.887.520.476,50	3.714.139.852,44	3.884.399.707,56	3.714.109.791,12	
l) Diárias	87.624.806,32	101.713.246,72	87.612.953,67	101.683.874,62	
<b>5. Outros</b>	<b>36.454.216,17</b>	<b>74.177.414,79</b>	<b>35.394.970,23</b>	<b>74.089.989,14</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.464.943.649,91</b>	<b>4.314.463.164,91</b>	<b>4.435.856.299,51</b>	<b>4.310.377.874,33</b>	

Fonte: COF/DLOG

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

**QUADRO 13: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL**

Unidade Orçamentária: Departamento de Polícia Federal				Código UO: 30108		UGO: 200336		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.076.552.427,00	1.950.691.102,15	2.056.300.737,94	1.943.543.108,89	20.251.689,06	7.147.993,26	2.056.293.844,50	1.943.529.578,19
Aposent. rpps, reser. remuner. e refor. militar	905.211.384,14	853.695.607,23	900.785.440,68	853.663.654,48	4.425.943,46	31.952,75	900.785.440,68	853.663.654,48
Obrigações patronais	428.927.387,00	415.700.352,35	394.786.925,85	406.015.093,62	34.140.461,15	9.685.258,73	394.786.925,85	406.015.093,62
Demais elementos do grupo	442.178.621,40	431.005.181,35	433.823.842,70	427.480.814,85	8.354.778,70	3.524.366,50	430.709.967,20	427.464.284,23
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre a dívida por contrato	0,00	9.534.370,24	0,00	9.534.370,24	0,00	0,00	0,00	9.534.370,24
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – PJ	352.357.286,26	232.502.938,63	274.045.628,83	170.499.952,26	78.311.657,43	62.002.986,37	254.513.573,88	169.285.954,74
Locação de mão-de-obra	111.206.502,51	101.497.828,25	97.790.083,12	91.492.368,59	13.416.419,39	10.005.459,66	95.816.133,90	89.889.706,75
Diárias – civil	88.197.058,57	101.713.246,72	87.599.201,22	101.713.246,72	597.857,35		87.587.348,57	101.683.874,62
Demais elementos do grupo	231.923.798,42	313.705.555,00	195.327.515,03	266.738.026,72	36.596.283,39	46.967.528,28	192.398.020,73	265.761.061,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
Equipamento e material permanente	134.230.827,16	129.412.817,30	12.265.555,36	17.790.012,26	121.965.271,80	111.622.805,04	10.864.805,36	17.512.779,34
Obras e instalações	36.991.643,63	66.645.076,00	11.740.137,12	1.920.038,93	25.251.506,51	64.725.037,07	11.622.606,78	1.920.038,93
Outros serviços de terceiros – PJ	3.552.498,64	9.722.171,19	375.641,39	441.750,58	3.176.857,25	9.280.420,61	374.691,39	441.750,58
Demais elementos do grupo	138.400,68	456.440,77	102.940,67	227.260,77	35.460,01	229.180,00	102.940,67	227.260,77
<b>5. Inversões Financeiras</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6. Amortização da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Principal corrigido dívida contr. refinanciado	0,00	27.550.105,23	0,00	27.550.105,23	0,00	0,00	0,00	27.550.105,23
Equipamento e material permanente	134.230.827,16	129.412.817,30	12.265.555,36	17.790.012,26	121.965.271,80	111.622.805,04	10.864.805,36	17.512.779,34
Obras e instalações	36.991.643,63	66.645.076,00	11.740.137,12	1.920.038,93	25.251.506,51	64.725.037,07	11.622.606,78	1.920.038,93
Outros serviços de terceiros - PJ	3.552.498,64	9.722.171,19	375.641,39	441.750,58	3.176.857,25	9.280.420,61	374.691,39	441.750,58

Fonte: COF/DLOG

4.1.3.5 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

**QUADRO 14: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária: Coordenação de Orçamento e Finanças					Código UO: 30108		UGO: 200336	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.076.552.427,00	1.950.691.102,15	2.056.300.737,94	1.943.543.108,89	20.251.689,06	7.147.993,26	2.056.293.844,50	1.943.529.578,19
Aposent. RPPS, reser. Remuner. e refor. militar	905.211.384,14	853.695.607,23	900.785.440,68	853.663.654,48	4.425.943,46	31.952,75	900.785.440,68	853.663.654,48
Obrigações patronais	428.927.387,00	415.700.352,35	394.786.925,85	406.015.093,62	34.140.461,15	9.685.258,73	394.786.925,85	406.015.093,62
Demais elementos do grupo	442.112.036,65	429.474.405,18	433.757.257,95	425.950.531,45	8.354.778,70	3.523.873,73	430.643.475,42	425.934.000,83
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras despesas correntes</b>								
Outros serviços de terceiros - pj	239.626.985,74	96.717.034,93	184.630.714,53	54.045.263,25	54.996.271,21	42.671.771,68	169.239.116,63	53.657.314,32
Auxílio-alimentação	62.325.261,03	50.247.712,53	62.314.062,49	49.188.482,44	11.198,54	1.059.230,09	62.314.062,49	49.188.482,44
Indenizações e restituições	45.901.376,25	34.304.940,22	43.072.375,56	34.256.598,69	2.829.000,69	48.341,53	42.915.100,23	34.256.598,69
Demais elementos do grupo	92.488.018,00	80.274.780,83	67.740.697,63	42.651.568,08	24.683.080,02	37.567.366,86	66.703.609,09	42.126.299,95
<b>Despesas de capital</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Equip..e material permanente - op.intra-orc.	38.865.436,72	100.610.240,16	6.185.919,79	342.528,14	32.679.516,93	100.267.712,02	6.180.715,46	342.528,14
Obras e instalações - op.int.orc.	8.154.415,01	18.730.682,66	577.972,39	0,00	7.576.442,62	18.730.682,66	577.972,39	0,00
Outros serviços de terceiros – PJ	2.624.386,26	9.280.420,61	160.289,29	0,00	2.464.096,97	9.280.420,61	159.339,29	0,00
Demais elementos do grupo	7.500,00	229.180,00	7.500,00	0,00	0,00	229.180,00	7.500,00	0,00
<b>5. Inversões financeiras</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6. Amortização da Dívida</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: COF/DLOG

#### 4.1.3.6 Análise crítica da realização da despesa

Com relação à evolução das dotações orçamentárias, percebe-se que houve uma pequena evolução da despesa empenhada, da despesa liquidada e dos valores pagos.

As variações dos saldos dos restos a pagar não processados correspondem à liquidação e a inscrição da execução natural das atividades do órgão, como por exemplo, a aquisição de equipamentos e materiais permanentes ocorrida no final do exercício de 2013.

No que tange à evolução das dotações orçamentárias, percebe-se que limitações orçamentárias reduziram em determinadas rubricas os valores referentes às despesas empenhadas e liquidadas. Este fato possibilitou um volume maior de pagamentos em determinadas contas que propiciou redução nos valores de restos a pagar a alguns grupos.

Os quadros acima refletem todo o orçamento de investimento da Polícia Federal, já que a Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, setorial orçamentária do órgão, recebe todo o orçamento e o movimenta para as unidades gestoras.

Os quadros apresentados das despesas mostram que a evolução dos gastos é bem inferior aos impactos proporcionados pelos aumentos nas tarifas públicas, da inflação do período e do reajuste nos contratos pelo aumento nos valores nos salários-base das categorias. Isso demonstra que o órgão reduziu os contratos vigentes em termos relativos.

## 4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**QUADRO 15: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	232.268.971,60	127.017.314,71	39.208.628,87	66.043.028,02
2011	47.290.084,31	27.795.099,63	16.341.465,29	3.153.519,39
2010	1.589.130,80	95.213,40	33.852,71	1.460.064,69
2009	154.954,97	65.953,96	89.001,01	-
2008	47.114,17	17.360,82	29.753,35	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	985.570,79	858.487,72	19.555,42	107.527,65
2011	822.015,06	750.788,44	-	71.226,62
2010	220.435,82	112.082,74	-	108.353,08

Fonte: COF/DLOG

### 4.2.1 Análise Crítica

Os valores ora inscritos refletem, em sua maioria, projetos executivos de obras e construções em andamento, que estão aguardando seu desenvolvimento para a devida liquidação, bem como aquisição material permanente no final do exercício, os quais serão entregues e liquidados ao longo de 2014. No que se refere aos valores de restos a pagar baixados, estes tratam de bens entregues, liquidados e pagos no exercício de 2013. Cabe relatar que os valores inscritos e baixados de restos a pagar está em consonância com o Decreto n. 93872 de 23/12/1986 e suas alterações.

### 4.3 Transferências de Recursos

O subitem “Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse” foi suprimido pelo fato de não existirem no exercício convênios ou contratos de repasse.

#### 4.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

**QUADRO 16: CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação de Orçamento e Finanças									
CNPJ: 00.394.494/0003-06					UG/GESTÃO: 200336/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	S/Nº	110174	11.511,83	Não há	11.511,83	11.511,83	01/05/13	31/12/13	4
3	S/Nº	158195	1.861.589,20	Não há	959.611,80	959.611,80	01/06/13	31/12/14	1
3	02/2013	114702	200.000,00	Não há	200.000,00	200.000,00	04/06/13	31/12/13	1
3	02-A/2013	114702	800.000,00	Não há	0,00	0,00	04/06/13	31/12/14	1
Nome: Coordenação de Orçamento e Finanças									
CNPJ: 00.394.494/0003-06					UG/GESTÃO: 200337/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	S/Nº	153163	169.000,00	Não há	0,00	169.000,00	Dez/11	31/12/13	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIAFI OPERACIONAL (NOTAS DE CRÉDITO) e Processos 08200.008719/2013-77, 08200.001522/2013-15 e 08200.003596/2013-88.									

#### 4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**QUADRO 17: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Coordenação de Orçamento e Finanças				
CNPJ:		00.394.494/0003-06				
UG/GESTÃO:		200336/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-

<b>Termo de Cooperação</b>	4	0	1	1.171.123,63	376.633,84	570.696,35
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	4	0	1	1.171.123,63	376.633,84	570.696,35
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Coordenação de Orçamento e Finanças					
<b>CNPJ:</b>	00.394.494/0003-06					
<b>UG/GESTÃO:</b>	200337/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	2	-	33.751,28	169.000,00
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	0	2	-	33.751,28	169.000,00

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

#### 4.3.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

##### QUADRO 18: – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome:</b> Coordenação de Orçamento e Finanças					
<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0003-06			<b>UG/GESTÃO:</b> 200336/00001		
<b>Exercício da Prestação das Contas</b>	<b>Quantitativos e Montante Repassados</b>	<b>Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)</b>			
		<b>Convênios</b>	<b>Termo de Cooperação</b>	<b>Contratos de Repasse</b>	
<b>2013</b>	<b>Contas Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	0	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	0,00	0,00
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	4	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	1.171.123,63	0,00
<b>2012</b>	<b>Contas Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	0	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	0,00	0,00
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	1	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	376.633,84	0,00
<b>2011</b>	<b>Contas Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	0	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	0,00	0,00
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	1	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	570.696,35	0,00
<b>Anteriores a 2011</b>	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	0	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome:</b> Coordenação de Orçamento e Finanças					
<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0003-06			<b>UG/GESTÃO:</b> 200337/00001		
<b>Exercício da Prestação das Contas</b>	<b>Quantitativos e Montante Repassados</b>	<b>Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)</b>			
		<b>Convênios</b>	<b>Termo de Cooperação</b>	<b>Contratos de Repasse</b>	
<b>2013</b>	<b>Contas Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	0	0	0
		<b>Montante Repassado</b>	0,00	0,00	0,00

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	1	0
		Montante Repassado	0,00	33.751,28	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	2	0
		Montante Repassado	0,00	169.000,00	0,00
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0

Fonte: COF/DLOG

#### 4.3.4 Análise Crítica

Os termos assinados pela UJ prevê em que a prestação de contas deverá integrar as contas anuais dos respectivos órgãos de destino, por se tratar de recursos transferidos de um órgão da União para outro órgão, também, da União, sendo o acompanhamento realizado pelo DPF apenas de execução do objeto.

#### 4.4 Suprimento de Fundos

Quanto à operacionalização de suprimento de fundos, o órgão administra dois regimes de adiantamento, quais sejam: Suprimento de Fundos de Pequeno Vulto e Regime Especial de Execução, este último, sigiloso conforme legislação. A UJ não aplica Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.

##### 4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

**QUADRO 19: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	3011	3.491.001,67	318	97.574,63	3.588.576,30
2012	-	-	2212	2.581.684,88	308	87.334,31	2.669.019,19
2011	-	-	2430	2.193.291,76	69	79.536,57	2.272.828,33

Fonte: COAD, ANP, CGTI e DITEC

##### 4.4.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**QUADRO 20: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Código da UG 1	20334	Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura		
Danilo Lopes De Carvalho	811.746.401-20	5.000,00	2.720,00	1.851,43	4.571,43	
Jorge Sallaberry Viana	280.140.901-44	5.000,00	600,00	2.907,26	3.507,26	
Vagnar Amaral Fiorini	072.200.027-85	8.000,00	0,00	0,00	0,00	
Alciude Ayres Da Fonseca	308.536.991-00	5000,00	730,00	1.899,03	2.629,03	
Alciude Ayres Da Fonseca	308.536.991-01	5.000,00	1.460,00	2.597,99	4.057,99	
Suprimento de Fundos Sigilosos (Regime Especial de Execução)	-	-	3.468.221,00	62.966,76	3.531.187,76	



<b>Total Utilizado pela UG</b>			3.473.731,00	72.222,47	3.545.953,47
<b>Código da UG</b> 2	200340	<b>Limite de Utilização da UG</b>			
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Marcelo de Souza Brito	368.781.381-91	4.000,00	0,00	756,75	756,75
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0,00	756,75	756,75
<b>Código da UG</b> 3	200342	<b>Limite de Utilização da UG</b>			
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Luiz de Jesus Barbosa	145.227.991-87	R\$ 8.000,00	0,00	R\$1.090,00	R\$1.090,00
Luiz de Jesus Barbosa	145.227.991-87	R\$ 8.000,00	0,00	R\$1.796,81	R\$1.796,81
Luiz de Jesus Barbosa	145.227.991-87	R\$8.000,00	0,00	R\$550,94	R\$550,94
Luiz de Jesus Barbosa	145.227.991-87	R\$ 8.000,00	0,00	R\$710,00	R\$710,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			0,00	R\$ 4.147,75	R\$ 4.147,75
<b>Código da UG</b> 4	200406	<b>Limite de Utilização da UG</b>			
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Adauto Zago Pralon	009.671.237-63	16.000,00	2.398,50	4.272,84	6.671,34
Mauricio Pimenta Magalhaes	494.480.991-34	16.000,00	2.349,50	685,62	3.035,12
Sidney Bento Moreira	822.261.301-44	6.500,00	1.315,00	1.776,69	3.091,69
Leonardo Jose Maia Freire	027.491.296-13	8.000,00	880,00	4.485,42	5.365,42
Eduardo Cesar F. Da Silva	698.747.781-72	4.200,00	1.547,36	1.262,18	2.809,54
Renato T. F. De Paranaiba	898.515.791-49	13.000,00	1.134,59	1.149,14	2.283,73
Andre Luiz Da Costa Morisson	814.908.956-04	2.000,00	0,00	1.229,13	1.229,13
Marcelo Antonio Da Silva	856.060.141-49	16.000,00	790,00	3.825,80	4.615,80
Marcelo Tavares De Salles	074.402.287-82	8.000,00	2.242,00	0,00	2.242,00
Jose Henrique Lopes Linhares	094.299.177-06	8.000,00	1.171,00	909,00	2.080,00
Adriano Otavio Maldaner	603.532.600-53	6.500,00	3.442,72	851,84	4.294,56
<b>Total Utilizado pela UG</b>			17.270,67	20.447,66	37.718,33
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			3.491.001,67	97.574,63	3.588.576,30

Fonte: COAD, ANP, CGTI e DITEC

#### 4.4.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

**QUADRO 21: - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qt d.	Valor	Qt d.	Valor	Qt d.	Valor	Qtd.	Valor	Qt d.	Valor	Qt d.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	177	3.588.576,30	222	2.669.019,19	355	2.272.828,33

Fonte: COAD, ANP, CGTI e DITEC

#### 4.4.4 Análise Crítica

O regime de adiantamento, conhecido como suprimento de fundos, é regulamentado no âmbito do Departamento de Polícia Federal pela Instrução Normativa 049/11 – DG/DPF,

de 21 de dezembro de 2011, que estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal. As atividades desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Federal requerem tratamento diferenciado, no tocante à utilização de suprimento de fundos, em razão da impossibilidade ou da imprevisibilidade de possuir, no cumprimento da missão, os recursos logísticos necessários. Nesse sentido, o Decreto 93.872/1986 prevê que a concessão, aplicação e comprovação do suprimento de fundos na Polícia Federal devem ocorrer sob um regime especial de execução definido pelo próprio órgão e aprovado pelo Ministro da Justiça.

Como medida de cautela, cabe à chefia imediata do suprimento verificar se há alguma situação de impedimento a concessão de suprimento de fundos. É vedada a concessão:

- a servidor declarado em alcance, assim entendido como aquele que não tenha prestado contas de suprimento, no prazo regulamentar, ou cujas contas não tenham sido aprovadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou má aplicação de dinheiro, bens ou valores confiados a sua guarda, verificados na prestação de contas;
- a servidor que esteja respondendo a sindicância ou processo disciplinar;
- a servidor que esteja em gozo de férias ou qualquer outro afastamento legal;
- a pessoa suprida em atraso com a prestação de contas;
- a concedente de suprimento de fundos;
- a servidor que detenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a ser adquirido, salvo quando, comprovadamente, inexistir na unidade outro servidor habilitado;
- a servidor que realize a emissão, no SIAFI, de documentos relativos ao suprimento concedido ou realize a conformidade desses documentos, salvo quando, comprovadamente, inexistir na unidade outro servidor habilitado;
- a responsável por 1 (um) suprimento de fundos.

As despesas referentes a suprimento de fundos serão efetivadas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, conforme estabelecido na legislação vigente. Para os fins das atividades peculiares da Polícia Federal, fica autorizada a utilização do CPGF na modalidade de saque, dentro do valor autorizado pelo Ordenador de Despesas e mediante posterior comprovação, observando-se que:

- a autorização de saque pode ocorrer no ato de concessão e corresponder a um percentual do valor total concedido ou a cem por cento desse valor;
- o suprido deve apresentar, na prestação de contas, as justificativas que o impossibilitou de realizar a despesa na rede afiliada do cartão; e
- a ausência de justificativas do saque efetuado obriga o suprido a devolver o valor aos cofres públicos, por meio de depósito, via Guia de Recolhimento da União (GRU).

Na aplicação do suprimento de fundos devem ser observadas as condições e finalidades previstas no ato da concessão, vedada destinação para finalidade que não esteja nele prevista. Deve-se observar que os supridos que, após a concessão, passarem a se enquadrar nas situações de impedimentos não estarão aptos a continuar realizando a aplicação de suprimentos de fundos. Nesse caso, o fim do período de aplicação é antecipado para o dia em que ocorreu o impedimento, devendo o prazo de comprovação previsto no ato de concessão contar a partir dessa data.

O suprido deve observar rigorosamente a classificação da despesa autorizada pelo Ordenador de Despesas, bem como os prazos fixados para sua aplicação e comprovação. Além disso, na aplicação do suprimento de fundos o suprido deve observar:

- na aquisição do material de consumo, a inexistência temporária ou eventual no almoxarifado, devidamente justificado, bem como a inexistência de fornecedor contratado ou de ata de registro de preços; e
- na contratação de serviços, a inexistência de cobertura contratual.

Os documentos comprobatórios das despesas devem ser emitidos em nome da Unidade Gestora do Departamento de Polícia Federal, com exceção dos casos, devidamente comprovados, em que essa identificação possa trazer prejuízo ao andamento das operações policiais. A prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de suprimento de fundos deverá ser feita mediante apresentação dos seguintes documentos: a) Formulário Demonstrativo de Receita e Despesa de Suprimento de Fundos preenchido, datado e assinado pelo suprido e b) documentos comprobatórios das despesas realizadas que serão apresentados por elemento de despesa, em ordem cronológica de data de emissão, atestados e contendo, quando necessário, a justificativa da destinação do material ou da prestação de serviços.

Enquanto não ocorrer a comprovação e baixa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o suprimento deve estar à disposição da área de Administração e Logística para eventuais esclarecimentos e correções.

A finalização da prestação de contas ocorre somente após a aprovação do suprimento de fundos pelo Ordenador de Despesas e a baixa no SIAFI pela a área de execução orçamentária e financeira. Assim sendo, a concessão de novo suprimento para o mesmo suprimento ocorre somente após a finalização da prestação de contas.

Nos casos em que não se possa identificar o beneficiário do pagamento, como os de gratificação a informante e colaborador eventual, a comprovação da despesa realizada far-se-á mediante declaração firmada pelo suprido, atestada pelo chefe imediato.

No comprovante de despesa deve constar, claramente, a discriminação do serviço prestado ou do material fornecido, a fim de possibilitar o conhecimento da despesa efetivamente realizada.

A comprovação das despesas realizadas deverá estar devidamente atestada por outros servidores que tenham conhecimento das condições em que estas foram efetuadas, em comprovante original, cuja emissão tenha ocorrido dentro do período fixado para aplicação, em nome do órgão emissor do empenho, salvo quando inexistir na unidade outro servidor em condições de atestá-los.

No caso da não prestação de contas do suprimento de fundos no prazo estipulado ou quando impugnada a prestação de contas, parcial ou totalmente, o Ordenador de Despesas deverá, sob pena de responsabilidade solidária, adotar providências com vistas à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis, à quantificação do dano e ao imediato ressarcimento ao erário e, ainda, ao registro do fato no SIAFI, em conta contábil específica, na forma descrita pela Secretaria do Tesouro Nacional, disposta no Manual SIAFI – macrofunção 021138.

Contudo, esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento devido, o Ordenador de Despesas deverá providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, observado o disposto na Instrução Normativa TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007. Não será descentralizado crédito orçamentário para a abertura de novos suprimentos de fundos às Unidades Gestoras que se encontrem em atraso na prestação de contas de adiantamento anteriormente concedido, exceto se o Ordenador de Despesa adotar as medidas mencionadas nos parágrafos anteriores.

## 5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Os dados referentes à “Lotação”, “Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade” e “Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade” e respectivos quadros não serão disponibilizados no presente relatório por serem classificados, conforme Lei de Acesso à Informação. Entretanto, tais informações encontram-se à disposição dos órgãos de controle.

O preenchimento do quadro referente às “Autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados” não se aplica ao DPF, pois conforme consta da Portaria TCU nº 175/2013, deverá ser preenchido apenas pela Secretaria de Gestão do MPOG ou outro órgão equivalente.

As informações referentes a “Instituidores de Pensão” e “Cadastramento no Sisac” consolidarão os dados de todo o DPF por se tratar de tema relacionado às atividades desenvolvidas pelo órgão central da instituição.

Em relação ao item “Informações sobre terceirizações de cargos e atividades do plano de cargos do órgão”, vale ressaltar que esta UJ não possui servidores terceirizados que ocupem ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do Plano de Cargos do DPF.

### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO 22: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>171</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	64
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	107
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>99</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	10
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	89
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>423</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	153
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	41
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	28
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	185
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>666</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	299
4.2. Capacitação	367
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>42</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	11
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	2
5.4. Interesses Particulares	26

5.5. Mandato Classista	3
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>1401</b>
<b>Fonte: DGP</b>	

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

**QUADRO 23: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>271</b>	<b>258</b>	<b>126</b>	<b>60</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	271	258	126	60
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	271	258	126	60
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>796</b>	<b>729</b>	<b>318</b>	<b>205</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	796	729	318	205
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>1067</b>	<b>987</b>	<b>444</b>	<b>265</b>

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO 24: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Tipologias/ Exercícios	Venciment os e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	201.563.324	233.479	20.191.142	8.281.537	8.639.528	5.845.486	450.210	141.491	613.498	245.959.695
	2012	186.673.861	199.623	16.487.561	7.463.001	7.052.632	4.788.258	462.908	165.898	959.731	186.673.861
	2011	183.250.941	189.871	15.941.789	7.511.686	7.142.388	4.572.388	498.106	-	734.039	183.250.941
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	12.746.119	106	1.046.580	445.897	385.163	360.827	17.922	5.698	80.759	15.089.070
	2012	12.924.542	3.387	1.073.029	411.361	343.020	343.020	17.903	5.119	99.145	15.220.526
	2011	13.618.015	350	1.168.130	476.082	373.891	463.183	24.139	-	106.630	16.230.420
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	32.085.390	3.870.077	3.103.980	1.119.433	721.693	459.455	70.610	40.191	59.123	41.529.951
	2012	29.472.323	3.604.133	2.911.058	1.123.981	663.772	354.008	66.777	30.684	97.014	38.323.749
	2011	28.471.813	3.684.419	2.777.990	986.948	682.514	394.328	73.407	-	131.210	37.202.629

<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	3.411.475	127.415	484.525	164.385	153.790	103.436	9.487	2.203	21.756	4.478.473
	<b>2012</b>	2.773.519	117.534	273.352	147.555	114.941	83.699	7.336	2.639	24.352	3.544.926
	<b>2011</b>	2.439.743	117.001	216.703	159.581	117.151	88.011	7.881	-	25.101	3.171.172

**Fonte: DGP**



#### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Em relação às informações relativas aos “Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico” não houve ocorrências no exercício.

##### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

**QUADRO 25: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>5926</b>	<b>328</b>
1.1 Voluntária	4982	295
1.2 Compulsória	19	1
1.3 Invalidez Permanente	911	30
1.4 Outras	14	2
<b>2. Proporcional</b>	<b>605</b>	<b>38</b>
2.1 Voluntária	369	2
2.2 Compulsória	7	0
2.3 Invalidez Permanente	227	36
2.4 Outras	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>6531</b>	<b>366</b>

Fonte: SIAPE

##### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

**QUADRO 26: INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>1635</b>	<b>78</b>
1.1. Integral	1544	70
1.2. Proporcional	91	8
<b>2. Em Atividade</b>	<b>1734</b>	<b>16</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>3369</b>	<b>94</b>

Fonte: SIAPE

#### 5.1.5 Cadastramento no Sisac

##### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

**QUADRO 27: ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	41	604	598	88
Concessão de aposentadoria	313	316	456	423
Concessão de pensão civil	119	163	162	199
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0

Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	15	214	0	69

#### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

TABELA 28: ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	126	83	123	98
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	9	14	12	19
<b>Totais</b>	<b>135</b>	<b>97</b>	<b>135</b>	<b>117</b>

#### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

TABELA 29: REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	4	5	10	579
Concessão de aposentadoria	15	32	19	135
Concessão de pensão civil	2	2	3	32
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>39</b>	<b>32</b>	<b>746</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	2	5	116
Cancelamento de concessão	1	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	2	2	7
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>123</b>

#### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A verificação de acumulação indevida de cargos, funções ou empregos, continua a ser feita pela crítica do SIAPE, quanto à existência de vínculos do servidor com a Administração Federal. Esta verificação é feita pelo Setor de Cadastro – SECAD/DRH/CRH/DGP, órgão vinculado à Diretoria de Gestão de Pessoal. Não foi verificada, no ano de 2013, nenhuma incidência de acúmulo indevido de cargo, função ou emprego.

#### 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Diante da notícia do acúmulo indevido de cargos, funções e empregos públicos, será comunicada a COGER, para as providências e consequências previstas no art. 133 e ss. da Lei n.º 8.112/90.

No ano de 2013, não foram identificadas ocorrências de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos na UJ.

#### 5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Até o momento, não foram desenvolvidos indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

## 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

### 5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

**TABELA 30: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação de Administração													
UG/Gestão: 200334/0001						CNPJ: 00.394.494/0014-50							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	31/2009 – COAD/DLOG/DPF	02.843.359/0001-56	03/08/2009	02/08/2014	71	71	0	0	0	0	P
2009	V	O	45/2009 – COAD/DLOG/DPF	02.674.687/0001-76	01/10/2009	30/09/2014	0	0	36	24	0	0	P
Unidade Contratante													
Nome: Academia Nacional de Polícia													
UG/Gestão: 200340/0001						CNPJ: 00.394.494/0083-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	20/2008 – ANP/DGP/DPF	04.386.852/0001-10	01/10/2008	31/01/2014	71	71	0	0	0	0	P
2011	V	O	3/2011 – ANP/DGP/DPF	11.733.868/0001-17	21/07/2011	31/12/2014	28	28	0	0	0	0	P
Unidade Contratante													
Nome: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação													
UG/Gestão: 200342/0001						CNPJ: 00.394.494/0080-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.

							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	01/2013 – CGTI/DPF	01.608.603/0001-33	15/01/2014	14/01/2015	15	15	0	0	0	0	P
<b>Unidade Contratante</b>													
Nome: Diretoria Técnico-Científica													
UG/Gestão: 200342/0001				CNPJ: 00.394.494/0087-06									
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	25/2010 – DITEC/DPF	01.608.603/0001-33	17/12/2010	16/12/2011	21	21	0	0	0	0	P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: COAD, ANP, CGTI e DITEC

### 5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

**QUADRO 31: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

<b>Unidade Contratante</b>													
Nome: Coordenação de Administração													
UG/Gestão: 200334/00001				CNPJ: 00.394.494/0014-50									
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	56/2012 – COAD/DLOG/DPF	16.922.477/0001-64	31/12/2012	30/12/2014	0	0	32	27	0	0	P
2013	4	O	33/2013 – COAD/DLOG/DPF	10.534.960/0001-	21/08/2013	20/08/201	29	29	0	0	0	0	A

				95		4								
2010	5	O	44/2010 – COAD/DLOG/DPF	06.234.467/0001-82	01/09/2010	31/10/2014	0	0	42	42	0	0	P	
2010	6	O	67/2010 – COAD/DLOG/DPF	01.608.603/0001-33	27/12/2010	26/12/2014	0	0	4	4	0	0	P	
2011	12	O	03/2011 – COAD/DLOG/DPF	02.669.075/0002-76	01/02/2011	31/01/2014	0	0	4	4	0	0	P	
2012	12	O	01/2012 – COAD/DLOG/DPF	10.782.186/0001-31	01/02/2012	31/01/2013	0	0	10	10	0	0	P	
2011	8 e 9	O	40/2011 – COAD/DLOG/DPF	33.373.325/0006-83	01/11/2011	31/10/2014	0	0	18	18	0	0	P	
2009	12	O	48/2009 – COAD/DLOG/DPF	06.234.467/0001-82	27/10/2009	30/06/2014	0	0	100	100	0	0	A	
2010	10	O	01/2010 – COAD/DLOG/DPF	04.621.879/0001-40	02/02/2010	31/12/2014	0	0	4	5	0	0	A	
2010	12	O	60/2010 – COAD/DLOG/DPF	01.092.071/0002-05	16/12/2010	15/12/2014	0	0	3	3	0	0	A	
<b>Unidade Contratante</b>														
<b>Nome:</b> Academia Nacional de Polícia														
<b>UG/Gestão:</b> 200340/00001						<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0083-82								
<b>Informações sobre os Contratos</b>														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	5	O	22/2013 - ANP/DGP/DPF	02.780.863/0001-54	05/11/2013	04/11/2014	0	0	5	5	0	0	A	
2011	4	O	4/2011 - ANP/DGP/DPF	09.072.538/0001-86	03/10/2011	31/12/2014	14	14	0	0	0	0	P	
2013	5	E	3/2013 - ANP/DGP/DPF	08.744.139/0001-51	01/04/2013	30/09/2013	0	0	5	5	0	0	E	
2011	5	O	6/2011 - ANP/DGP/DPF	02.931.592/0001-90	02/01/2012	08/03/2013	0	0	5	5	0	0	E	
2009	9	O	12/2009 - ANP/DGP/DPF	04.762.861/0001-68	01/08/2009	31/07/2014	21	21	2	2	1	1	P	
<b>Nome:</b> Diretoria Técnico-Científica														

UG/Gestão: 200406/00001					CNPJ: 00.394.494/0087-06								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	37/2010 – DITEC/DPF	32.203.135/001-40	07/01/2010	06/01/2011	0	0	0	0	6	6	P
2011	3	O	11/2011 - DITEC/DPF	01.645.738/0002-50	06/06/2011	05/06/2012	0	0	0	0	4	4	P
2012	4	O	03/2012 – DITEC/DPF	06.959.859/0001-09	14/01/2012	13/01/2013	6	6	0	0	0	0	P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte: COAD, ANP e DITEC

### 5.2.3 Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2

Não foram constatados problemas em relação aos contratos de terceirização, bem como não ocorreram interrupções na prestação de serviços ou não pagamento de verbas trabalhistas por empresas contratadas.

### 5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

**QUADRO 32: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>60</b>	<b>69</b>	<b>72</b>	<b>60</b>	503.168
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	60	69	72	60	0
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>60</b>	<b>69</b>	<b>72</b>	<b>60</b>	<b>503.168</b>



## 6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Os dados constantes das alíneas c) e g) do subitem “Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratos de Terceirizados” e “ Distribuição Espacial de Bens Imóveis Locados de Terceiros” são classificados como sigilosos pela Instrução Normativa 69, de 14/12/2012 em razão da natureza da atividade policial. Entretanto, essas informações encontram-se à disposição dos órgãos de controle para verificação.

O DPF não possui imóvel funcional da União sob sua responsabilidade, razão pela qual o subitem e respectivo quadro que tratam sobre o assunto não serão apresentados.

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O normativo que regulamenta a constituição e a forma de utilização da frota de veículos na Unidade Jurisdicionada está compilado na Instrução Normativa nº 03/2009 – DG/DPF, de 5 de março de 2009 que, dentre outras providências, disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF. Essa Instrução Normativa foi alterada pela nº 34/2010 – DG/DPF, de 5 de julho de 2010.

Inicialmente, impende salientar que a frota de veículos contemplada neste item diz respeito à Divisão de Serviços Gerais - DSG/COAD. A Academia Nacional de Policial - ANP possui frota e controles próprios.

Quanto a frota de viaturas gerenciada pela DSG/COAD é importante frisar que a existência de uma frota de veículos diversificada é essencial para um perfeito desenvolvimento das atribuições do Departamento de Polícia Federal no exercício da segurança pública, para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sobretudo nas atividades de polícia judiciária.

Ao contrário da polícia de rua, essencialmente ostensiva, e que a população está acostumada a observar em seu cotidiano, o trabalho da Polícia Federal, em geral, é desenvolvido de forma velada e a frota diversificada de veículos permite a execução das atribuições legais de uma maneira mais eficiente.

De acordo com o normativo interno do DPF, todos os veículos oficiais da Polícia Federal são classificados como veículos de serviços especiais em razão das atividades de segurança pública para as quais são destinados, dividindo-se em ostensivos e reservados.

Com o objetivo de facilitar a visualização das informações técnicas solicitadas para o presente relatório, apresentaremos uma classificação mais didática, conforme quadro abaixo:

**QUADRO 33: INFORMAÇÕES DE VEÍCULOS DA UJ**

<b>Denominação</b>	<b>Média anual de km rodados</b>	<b>Idade média da frota (em anos)</b>
Ostensivos – leves	6.900	7,14
Reservados/descharacterizados – leves	9.60	
Ostensivos – grande porte	9.850	
Reservados/descharacterizados – grande porte	3.550	
Viaturas apreendidas	6100	11,22

Cumpra esclarecer que no final de 2013 a COAD/DLOG promoveu o primeiro leilão de veículos do DPF. Neste certame foram leiloados 83 veículos do patrimônio do DPF tidos por inservíveis ou antieconômicos. Com este leilão foi arrecadado aproximadamente R\$1 milhão. Além disso, pretende-se realizar outros leilões com mais veículos antieconômicos, bem como equipamentos obsoletos e sucatas.

**QUADRO 34: CUSTOS ASSOCIADOS AOS VEÍCULOS DA UJ**

<b>CUSTOS ASSOCIADOS – 2013</b>			
Combustíveis	Etanol comum	1.688,60 litros	R\$ 3.819,68
	Etanol aditivado	236,70 litros	R\$ 723,49
	Diesel aditivado	25.268,66 litros	R\$ 61.141,35
	Diesel S-5	172,57 litros	R\$ 441,81
	Diesel S-10	4.325,14 litros	R\$ 11.257,56
	Diesel S-50	76,47 litros	R\$ 195,00
	Diesel comum	162.054,15 litros	R\$ 390.805,36
	Gasolina comum	357.861,31 litros	R\$ 1.048.209,84
	<b>Subtotal</b>		
Manutenção	Peças		R\$ 695.229,13
	Mão de obra		R\$ 259.743,37
	<b>Subtotal</b>		
Pessoal	07 servidores administrativos		R\$ 21.000,00
	05 servidores policiais		R\$ 40.000,00
	<b>Subtotal</b>		
Documentação	Seguro Obrigatório (DPVAT)		R\$ 56.653,07
	Licenciamento Anual		R\$ 58.828,37
	Taxa de utilização anual de placa vinculada		
	DIVERSOS		
	<b>Subtotal</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.648.048,03</b>

Ainda no que diz respeito aos custos associados, temos o pessoal responsável pela administração da frota, quadro atualmente composto por 12 (doze) servidores, sendo 07 servidores do Plano Especial de Cargos (administrativos) e 5 (cinco) Agentes de Polícia Federal.

Sobre a locação de veículos para uso do DPF, tal opção se mostra inviável em face das atividades desenvolvidas pelo órgão, uma vez que o envolvimento de terceiros na administração da frota prejudicaria essencialmente o correto e pleno desenvolvimento das atribuições constitucionais do Órgão, principalmente no tocante às atividades sigilosas e veladas.

Além do mais, a locação de veículos incluiria gastos adicionais, tais como a necessidade de seguro contra acidentes em razão da utilização dos veículos locados em atividades operacionais, o que representaria um custo exorbitante para a Administração.

Quanto à estrutura de controle de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, relevante informar que está em fase de implementação do módulo de transporte do sistema e-Log, que será utilizado nacionalmente por toda a Polícia Federal para o controle do serviço de transporte.

Atualmente, a estrutura de controle na UJ é realizada por equipes de plantão compostas por motoristas oficiais e agentes de vigilância, responsáveis pelas principais garagens de viaturas, localizadas no Ed. Sede da Polícia Federal em Brasília/DF e na Divisão de Serviços Gerais (DSG), localizada no Setor Policial Sul.

O controle de abastecimento das viaturas é feito por servidores da DSG/COAD, por intermédio do sistema da empresa contratada Valecard. Nesse sistema, para abastecimento de qualquer viatura, é necessário que o servidor apresente o cartão de abastecimento individualizado de cada viatura e digite uma senha pessoal que o identifica como responsável pelo abastecimento. Vale ressaltar, ainda, que o abastecimento só pode ser realizado em postos de combustíveis previamente conveniados com a contratada.

O controle de todas as manutenções realizadas nas viaturas da UJ também é realizado por intermédio de sistema informatizado da empresa contratada Ticket Car. Esse sistema é operado por servidores da DSG/COAD que trabalham no regime de gerenciamento. A solicitação de manutenção é apresentada pela unidade que utiliza a viatura, em formulário padrão contendo a descrição dos problemas verificados. Esses são analisados pela equipe da DSG/COAD juntamente com mecânicos de oficina credenciada. O orçamento é devidamente cadastrado pela oficina e outras credenciadas têm a oportunidade de apresentarem suas cotações para os serviços orçados. A ordem de serviço é aprovada para a oficina que apresentar o menor valor para os serviços solicitados.

Em relação à ANP, a média anual aproximada de quilômetros rodados, bem como a idade média da frota, por grupo de veículos, estão demonstradas no quadro a seguir:

**QUADRO 35: IDADE MÉDIA DA FROTA DE VEÍCULOS**

<b>Grupo</b>	<b>Média anual de Km rodados</b>	<b>Idade média da frota (em anos)</b>
Ambulância	2.000	11
Aula	6.700	9
Expediente	9.900	7
Policial	5.000	5
Representação	4.800	4
Trabalho pesado	20.900	20
Transporte Institucional	7.600	11
Utilitário	9.300	12

Observa-se que houve redução significativa na idade média da frota, e diminuição expressiva na quantidade média de quilômetros rodados, devido à incorporação na frota de novos veículos adquiridos e/ou veículos recebidos por doação, além da realização da baixa de

veículos antigos, com alta quilometragem, principalmente por meio do leilão realizado pela DSG/COAD.

As demandas pelo uso de viaturas na ANP tem parcela significativa de caráter sazonal, tendo em vista os seguintes fatores: a) por ser uma Escola de Governo, a atividade fim é a formação de Policiais Federais, não havendo fluxo contínuo de concursos públicos; b) as disciplinas que utilizam os veículos (direção operacional OFF ROAD, desembarque e embarque de autoridade, direção ofensiva e defensiva e vigilância urbana e rural), embora sejam imprescindíveis para tornar os alunos aptos a atuarem em situações cotidianas da Polícia Federal, geram desgaste excessivo de vários itens dos veículos (pneus, discos de embreagens, entre outros) e correspondentes gastos com manutenção; e c) pela localização da ANP e pelas demandas por transportes diversos para o Plano Piloto, o uso de veículos torna-se essencial para o pleno atendimento de todas as necessidades desta Academia.

A substituição dos veículos da frota ocorre através da DLOG/DPF, portanto o plano de substituição fica a cargo daquela diretoria.

Os custos da ANP no exercício de 2013 em relação a manutenção da frota e gasto de combustível foram, respectivamente, de R\$373.150,12 (trezentos e setenta e três mil, cento e cinquenta reais e doze centavos) e R\$93.136,23 (noventa e três mil, cento e trinta e seis reais e vinte e três centavos).

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**QUADRO 36: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	5	5
	Brasília	5	5
Total		5	5

Fonte: DMAT/COAD

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

**QUADRO 37: DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200334 (COAD)	9701.26997.500-6 (terreno)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 2.436.895,44	27/12/2012	R\$ 2.436.895,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
200334 (COAD)	9701.21541.500-2 (Edifício-Sede)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 18.720.250,68	27/12/2012	R\$ 28.658.10,30	R\$ 2.350.056,27	R\$ 977.766,00
200334 (COAD)	9701.29883.500-4 (imóvel alugado Sudoeste)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 1.636.000,00	27/12/2012	R\$ 12.430.497,38	R\$ 0,00	-
200340 (ANP)	9701.22323.500-0 (Sede ANP)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 3.307.656,34	06/12/2012	R\$ 48.985.126,85	R\$ 0,00	R\$ 1.847.708,88
200342 (CGTI)	9701.32581.500-5 (Sede CGTI)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 1.214.798,20	27/12/2012	R\$ 4.240.983,83	R\$ 0,00	-
200406 (DITEC)	9701.32583-500-6 (Sede DITEC)	21 – Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 4.251.793,70	27/12/2012	R\$ 6.183.472,82	R\$ 7.264.661,81	-
<b>Total</b>							<b>R\$ 9.614.718,08</b>	<b>R\$ 2.825.474,88</b>

**Fonte: DMAT/COAD**

**Análise Crítica:**

A gestão dos imóveis de cada UG fica sob responsabilidade da respectiva área administrativa da unidade, a quem compete o gerenciamento documental no SPIUNET, bem como a gestão dos contratos de manutenção predial.

No exercício de 2013, a UJ teve sob sua responsabilidade 6 (seis) imóveis situados no Distrito Federal, conforme indicado no quadro A.6.2.2 e discriminados abaixo:

- imóvel localizado no Setor de Autarquias Sul, onde está instalada a sede da Polícia Federal;
- 02 imóveis localizados no Setor Policial Sul, onde estão instaladas a CGTI e a DITEC;
- imóvel (terreno) localizado no Setor de Autarquias Norte, onde será construída a nova sede da Polícia Federal;
- imóvel localizado na Estrada Parque do Contorno, onde está localizada a ANP; e
- imóvel alugado na EQSW 103/104, onde estão instalados os seguintes setores: CGCSP, DCPQ e DIP.

Os gastos com manutenção do edifício do INC/DITEC/DPF (RIP 9701 32583.500-6) e CGTI (RIP 9701.32581.500-5) são feitos por meio de contrato da SR/DPF/DF, que contempla todos os edifícios do complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul. Segundo informações da SR/DPF/DF, não há como separar os valores específicos das manutenções feitas em cada edificação.

Os gastos com reformas do edifício do INC/DITEC/DPF (RIP 9701 32583.500-6), contemplam os pagamentos feitos no exercício de 2012, referente à primeira parcela da obra de ampliação do edifício do Instituto Nacional de Criminalística/DITEC para implantação do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses (Processo 08059.004581/2011-56).

Os gastos com manutenção do imóvel locado (RIP 9701.29883.500-4) estão sob responsabilidade do locador (proprietário do imóvel).

Cabe ressaltar que o imóvel onde está instalada a sede não comporta todo o efetivo da Polícia Federal, seja no que se refere ao número de servidores, seja no que se refere aos equipamentos e viaturas necessárias para o desenvolvimento das atividades institucionais. Adicionam-se, ainda, os problemas estruturais do prédio, como proibição do uso de gás nas suas dependências - o que inviabiliza a instalação de restaurante -, ausência de escada de incêndio e de ventilação natural, garagem incompatível com a necessidade, dentre outros.

## 7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

**QUADRO 38: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	

X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 3 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 3 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 4 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

### 7.1.1 Análise Crítica

Conforme apresentado, a Polícia Federal possui estrutura de governança corporativa e de TI devidamente formalizada e publicada, carecendo apenas de dar publicidade ao resultado da avaliação da conformidade da gestão e de formalizar os mecanismos de avaliação de conformidade do uso de TI. A auditoria interna existe, mas em caráter informal e sem publicação dos resultados.

Em relação à avaliação de desempenho institucional da gestão e do uso corporativo de TI, a Polícia Federal aprovou um conjunto de indicadores e metas para o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, porém a primeira medição ainda está sendo realizada, não havendo evidência de uso de indicadores e metas a serem apresentados.

O PDTI, embora publicado internamente, não tem divulgação ao público em geral, uma vez que diversas iniciativas ali relacionadas constituem ações de segurança pública cuja divulgação comprometeria os resultados esperados.



## 8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

**QUADRO 39: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p><b>Licitações Sustentáveis</b></p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> <p>A empresa CONTRATADA deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG referente à sustentabilidade ambiental.</p> <p>Incluimos nos TRs a vedação às empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;</p> <p>Na contratação de serviços, notadamente, manutenção predial, limpeza e conservação e outros de natureza semelhante, incluimos as seguintes exigências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades exigidas no edital e seus anexos e proposta da empresa.</li> <li>Os materiais e peças empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a Contratada obrigada a:</li> <li>Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.</li> <li>Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.</li> <li>Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.</li> <li>Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.</li> <li>Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</li> <li>Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;</li> <li>Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</li> </ul>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por			X		

<p>parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>					X
	As torneiras automáticas e a modernização do sistema de ar condicionado vem reduzindo gradativamente o consumo de água e energia elétrica, respectivamente.				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>					X
	Papel reciclado.				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>					X
	Todos os itens passíveis de utilização de recarga e refil (como toners de impressoras) são priorizados nos procedimentos licitatórios.				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>		X			
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</li> </ul>		X			
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>					X
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>		X			
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  
 (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

**QUADRO 40: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
Programa de Coleta Seletiva do DPF		2010	Todo o material reciclado, além dos resíduos de reformas e manutenção no prédio são destinados à COOPERATIVA DE RECICLAGEM CATAGUAR. Beneficiando diretamente 30 pessoas			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resma)	7.954	11.040	6.431	71.491,27	89.525,76	51.099,00
Água (m3)	53.198	98.574	102.615	618.962,05	1.155.810,32	1.109.451,70
Energia Elétrica (kwh)	270.967	273.986	252.774,50	3.739.345,05	4.252.524,42	4.406.240,27
			<b>Total</b>	<b>4.429.798,37</b>	<b>5.497.860,50</b>	<b>5.566.790,97</b>

Fonte: COAD e ANP

## 9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

O subitem 9.3 “Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna” não se aplica ao DPF.

### 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

##### QUADRO 41: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento de Polícia Federal					324
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 016.116/2013-5	6086/2013 – TCU – Segunda Câmara	1.7	Determinação	Ofício 2348/2013 –TCU/Selog, de 18/10/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Direção-Geral - DG/DPF					324
Descrição da Deliberação:					
Dar ciência ao Departamento de Polícia Federal que a recusa da intenção de recorrer da empresa H. Print Reprografia e Automação de Escritórios Ltda. afronta o disposto no subitem 12.3.1 do edital do Pregão Eletrônico 4/2013.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Licitações e Contratos – DICON/COAD/DLOG/DPF					70601
Síntese da Providência Adotada:					
Por meio do Despacho nº 468/2013 – ACI/DPF, de 01/11/2013 (processo 08200.023377/2013-15), dirigido à DLOG/DPF, foi solicitada a expedição de comunicação ao pregoeiro. Assim, em 08/11/2013 foram expedidos os Memorando nºs 228/2013 e 229/2013 – GAB/COAD/DLOG/DPF, dando conhecimento ao Pregoeiro e à DICON/COAD/DLOG/DPF sobre os termos do Acórdão nº 6086/2013 – TCU – Segunda Câmara.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A licitação foi revogada na homologação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O gestor prontamente revogou a licitação.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 044.496/2012-5	2166/2013 – TCU - Plenário	9.3	Determinação	(Prejudicado)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF					22351
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Departamento de Polícia Federal que remeta a este Tribunal, tão logo sejam aprovados, os novos editais, projetos básicos e minutas de contrato relativas à manutenção do Sistema AFIS, acompanhados dos respectivos relatórios e instruções que lhes deram origem, mantendo, ainda, esta Corte informada acerca das medidas porventura adotadas com vistas ao cumprimento da medida constante do <b>subitem precedente</b> , com fundamento no inc. I do art. 43 da Lei 8.444/1992 e no inc. II do art. 250 do Regimento Interno desta Corte de Contas (grifei). Subitem precedente: 9.2. redirecionar, para o Departamento de Polícia Federal, todos os comandos ainda pendentes de implantação constantes do Acórdão 889/2007 – TCU – Plenário, atinentes ao Sistema Afis, anteriormente endereçados à Ditec/DPF, presente o disposto no art. 2º, inc. VIII, alínea “m” e inciso VII, c/c o art. 25, inc. I, do Regimento					

Interno do DPF, aprovado pela Portaria-MJ 2.788/2011.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Divisão de Licitações e Contratos – DICON/COAD/DLOG/DPF					70601
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>					
<p>Por meio do Memorando nº 145/2013 – ACI/DPF, de 4/11/2013 (processo 08200.014121/2013-17), dirigido à DLOG/DPF, foi solicitada especial atenção aos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2166/2013 – TCU – Plenário. Ato contínuo, em 06/11/2013 a DLOG/DPF solicitou à COAD/DLOG/DPF que adotasse as providências de sua alçada.</p> <p>Assim, em 07/11/2013 foi expedido o Memorando nº 227/2013 – GAB/COAD/DLOG/DPF, solicitando à DICON/COAD/DLOG/DPF que cumprisse as determinações.</p> <p>Esclareço que ainda não foram aprovados novos editais, projetos básicos e minutas de contrato relativas à manutenção do Sistema AFIS.</p>					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Ainda não foram aprovados novos editais, projetos básicos e minutas de contrato relativas à manutenção do Sistema AFIS.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A análise está prejudicada, tendo em vista que ainda não foram aprovados os documentos listados no item 9.3.					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	TC 044.496/2012-5	2166/2013 – TCU - Plenário	9.4	Determinação	(Prejudicado)
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF					22351
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Recomendar ao Departamento de Polícia Federal que, nas próximas contratações referentes ao sistema AFIS, preveja cláusulas específicas para treinamento ou atualização de conhecimento dos administradores, o que incluiria procedimentos de operação do sistema, bem como instrumentos que propiciem a extração de dados em formato padrão, possível de ser utilizado em outros sistemas de identificação biométrica.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Divisão de Licitações e Contratos – DICON/COAD/DLOG/DPF					70601
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>					
<p>Por meio do Memorando nº 145/2013 – ACI/DPF, de 4/11/2013 (processo 08200.014121/2013-17), dirigido à DLOG/DPF, foi solicitada especial atenção aos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2166/2013 – TCU – Plenário. Ato contínuo, em 06/11/2013 a DLOG/DPF solicitou à COAD/DLOG/DPF que adotasse as providências de sua alçada.</p> <p>Assim, em 07/11/2013 foi expedido o Memorando nº 227/2013 – GAB/COAD/DLOG/DPF, solicitando à DICON/COAD/DLOG/DPF que cumprisse as determinações.</p> <p>Esclareço que ainda não houve nova contratação referente ao Sistema AFIS.</p>					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Ainda não houve nova contratação referente ao Sistema Afis.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
A análise está prejudicada, tendo em vista que ainda não houve nova contratação referente ao Sistema AFIS.					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	006.180/2013-2	2056/2013-2º Câmara	9.3	Determinação	Ofício n ° 5511/2013-SEFIP
05	020.532/2006-8	3020/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício n ° 8633/2013-SEFIP
06		868/2013-1ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício n ° 3678/2013-SEFIP
07	019.379/2009-1	5501/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle n ° 13857/2013-SEFIP
08	003.025/2013-6	5577/2013-2ª Câmara	1.7	Determinação	
09	012.326/2011-9	4460/2013-2ª Câmara	9.5	Determinação	Controle n ° 110708/2013-SEFIP

10	009.380/2009-2	4764/2011-2ª Câmara		Determinação	Ofício nº 32744/2013-SEFIP
11	012.502/2013-8	3650/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 9742/2013-SEFIP
12	016.637/2012-7	5833/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	
13	028.732/2012-0	4227/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 11291/2013-SEFIP
14	011.094/2012-5	4594/2013-2ª Câmara	9.2	Determinação	
15	011.211/2007-0	3543/2008-1ª Câmara	9.5	Determinação	
16	016.636/2012-0	6538/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 59422/2012-SEFIP
17	014.995/2009-9	1821/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 5086/2013-SEFIP
18	020.155/2007-9	2277/2013-1ª Câmara	9.2	Determinação	
19	020.199/2007-3	2082/2013-2ª Câmara		Determinação	Ofício nº 5980/2013-SEFIP
20	030.682/2012-6	1204/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 3797/2013-SEFIP
21	012.316/2012-1	1198/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 3813/2013-SEFIP
22	014.534/2009-1	7570/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 59540/2012-SEFIP
23	012.330/2011-6	1428/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 4514/2013-SEFIP
24	003.025/2013-6	1660/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 4532/2013-SEFIP
25	009.383/2009-4	868/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 3678/2013-SEFIP
26	016.639/2012-0	6107/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 56258/2012-SEFIP
27	011.283/2012-2	8358/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 60515/2012-SEFIP
28	016.640/2012-8	6108/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 56259/2012-SEFIP
29	020.198/2007-6	6612/2012-1ª Câmara	9.3	Determinação	
30	023.619/2010-4	9208/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 0344/2013-SEFIP
31	012.056/2011-1	7942/2012-2ª Câmara	alínea b	Determinação	
32	002.189/2012-7	9281/2012-2ª Câmara	alínea b	Determinação	
33	011.386/2012-6	8553/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 61093/2012-sefip
34	009.096/2009-6	8915/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 91196/2012-SEFIP
35	019.169/2006-3	4442/2012-2ª Câmara	9.4	Determinação	Controle nº 53086/2012-SEFIP
36	020.202/2007-0	5198/2012-1ª Câmara		Determinação	Controle nº 56387/2012-SEFIP
37	020199/2007-3	1091/2012-2ª Câmara	9.4	Determinação	Controle nº 47482/2012-SEFIP
38	020.197/2007-6	3651/2007-1ª Câmara	9.3	Determinação	
39	011.283/2012-2	8358/2012-2ª Câmara	9.3	Determinação	Controle nº 60515/2012-SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF					22395
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Os Acórdãos supramencionados referem-se às aposentadorias julgadas ilegais pelo TCU, dentre algumas o não reconhecimento do tempo rural averbado, ou o tempo de aluno-aprendiz ou, ainda, o período laborado sob a égide da Lei nº 3.313/58.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões – SEAP/DRH/CRH/DGP/DPF					22399
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>					
Procedida às notificações dos servidores interessados e, caso não interponham recurso junto ao TCU, efetuar o retorno dos interessados à atividade para complementação do tempo de serviço necessário à concessão de nova aposentadoria.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Retorno dos servidores aposentados à atividade ou a redução da proporcionalidade da aposentadoria quando o aposentado opta por permanecer na inatividade em vez de complementar o tempo faltante.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

- 1 - Adoção de um sistema mais eficiente que permita o acompanhamento de todas as providências e o resultado final, bem como a necessidade de pessoal, haja vista, que no momento há somente um servidor responsável pela instrução dos Acórdãos recebidos.
- 2 - Necessidade de disponibilização no sistema SISAC da identificação do servidor responsável pelo cadastramento do ato.

### 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

#### QUADRO 42: SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIOR G
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
Deliberações do TCU					
Recomendações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.1.7	9.1	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Deliberação					Código SIOR G
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
Descrição da Deliberação					
Defina formalmente um Plano de Continuidade do Negócio que:					
9.1.7.1. contemple o disposto nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 da NBR ISO/IEC 17799:2005;					
9.1.7.2. seja de conhecimento de todas as pessoas envolvidas na sua execução, as quais devem receber treinamento, em conformidade com a diretriz 'g' do subitem 14.1.4 da NBR ISO/IEC 17799:2005;					
9.1.7.3. seja testado e atualizado periodicamente, em conformidade com o previsto no subitem 14.1.5 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.4).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIOR G
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
Justificativa para o seu não Cumprimento					
A recomendação encontra-se em cumprimento, porém demanda uma série de iniciativas, algumas delas interdependentes, portanto não executáveis em simultâneo. No período de acompanhamento anterior foi elaborada a Política de GCN, na qual se estabeleceu a necessidade da elaboração de:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Gerenciamento de Incidentes - PGI;</li> <li>• Planos de Continuidade Operacional - PCO;</li> <li>• Plano de Recuperação de Negócios - PRN.</li> </ul>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator que prejudicou: escassez de recursos.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.17	9.2	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Deliberação					Código SIOR G

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Defina formalmente um Plano de Continuidade do Negócio que:					
9.1.7.1. contemple o disposto nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 da NBR ISO/IEC 17799:2005;					
9.1.7.2. seja de conhecimento de todas as pessoas envolvidas na sua execução, as quais devem receber treinamento, em conformidade com a diretriz 'g' do subitem 14.1.4 da NBR ISO/IEC 17799:2005;					
9.1.7.3. seja testado e atualizado periodicamente, em conformidade com o previsto no subitem 14.1.5 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.4).					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIOR G</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>					
A recomendação encontra-se em cumprimento, porém demanda uma série de iniciativas, algumas delas interdependentes, portanto não executáveis em simultâneo. No período de acompanhamento anterior foi elaborada a Política de GCN, na qual se estabeleceu a					
necessidade da elaboração de:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Gerenciamento de Incidentes - PGI;</li> <li>• Planos de Continuidade Operacional - PCO;</li> </ul>					
Plano de Recuperação de Negócios - PRN.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Fator que prejudicou: escassez de recursos.					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	TC-018.581/2006-5	417/2008 - Plenário	9.2.18	9.2	Ofício nº 31/2008-TCU/SEFTI
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIOR G</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
<b>Descrição da Deliberação</b>					
defina formalmente um Plano de Continuidade do Negócio que:					
9.1.7.1. contemple o disposto nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 da NBR ISO/IEC 17799:2005;					
9.1.7.2. seja de conhecimento de todas as pessoas envolvidas na sua execução, as quais devem receber treinamento, em conformidade com a diretriz 'g' do subitem 14.1.4 da NBR ISO/IEC 17799:2005;					
9.1.7.3. seja testado e atualizado periodicamente, em conformidade com o previsto no subitem 14.1.5 da NBR ISO/IEC 17799:2005 (item 2.4).					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIOR G</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação					000331
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>					
A recomendação encontra-se em cumprimento, porém demanda uma série de iniciativas, algumas delas interdependentes, portanto não executáveis em simultâneo. No período de acompanhamento anterior foi elaborada a Política de GCN, na qual se estabeleceu a					
necessidade da elaboração de:					



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Gerenciamento de Incidentes - PGI;</li> <li>• Planos de Continuidade Operacional - PCO;</li> </ul>					
Plano de Recuperação de Negócios - PRN.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Fator que prejudicou: escassez de recursos.					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	010.274/2013-8	2568/2013-2ª Câmara	1.8	Determinação	Ofício nº 6892/2013-SEFIP
05	022.631/2013-5	6233/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 16494/2013-SEFIP
06	022.613/2013-7	6295/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 16846/2013-SEFIP
07	022.602/2013-5	6103/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 16070/2013-SEFIP
08	013.375/2013-0	5377/2013-2ª Câmara	1.7	Determinação	Ofício nº 13791/2013-SEFIP
09	022.623/2013-2	6296/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 16847/2013-SEFIP
10	012.330/2011-6	1428/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 4514/2013-SEFIP
11	030.745/2012-8	5829/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 15006/2013-SEFIP
12	022.635/2013-0	6041/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 15515/2013-SEFIP
13	013.469/2013-4	5706/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 14567/2013-SEFIP
14	009.379/2009-1	5501/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 13857/2013-SEFIP
15	022.609/2013-0	5707/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 14882/2013-SEFIP
16	012.326/2011-9	4460/2013-2ª Câmara	9.5	Determinação	Ofício nº 11708/2013-SEFIP
17	022.634/2013-4	6796/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17796/2013-SEFIP
18	013.374/2013-3	6290/2013-2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 16580/2013-SEFIP
19	022.601/2013-6	6625/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17784/2013-SEFIP
20	022.616/2013-6	6794/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17787/2013-SEFIP
21	022.608/2013-3	6793/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17785/2013-SEFIP
22	022.624/2013-9	6627/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17789/2013-SEFIP
23	022.629/2013-0	6628/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17791/2013-SEFIP
24	022.598/2013-5	6792/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17782/2013-SEFIP
25	022.621/2013-0	6626/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17788/2013-SEFIP
26	022.625/2013-5	6795/2013-2ª Câmara	9.3	Determinação	Ofício nº 17790/2013-SEFIP
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF					22395

<b>Descrição da Deliberação:</b>	
Os Acórdãos supramencionados referem-se às aposentadorias julgadas ilegais pelo TCU, dentre algumas o não reconhecimento do tempo rural averbado, ou o tempo de aluno-aprendiz ou, ainda, o período laborado sob a égide da Lei nº 3.313/58.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões – SEAP/DRH/CRH/DGP/DPF	22399
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
Notificações encaminhadas às Unidades Descentralizadas do DPF, as quais alegam dificuldades para notificação dos interessados, em razão de alguns estarem residindo em locais diversos e, por vezes, até no exterior. Escassez de pessoal para instrução dos processos recebidos, uma vez que no momento há um servidor no SEAP responsável pelo trâmite dos acórdãos. Nas unidades regionais também tem escassez de pessoal para executar os atos de instrução para o retorno, notificação, perícia e cadastro.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
As Unidades Descentralizadas alegam dificuldades para procederem à notificação dos servidores conforme acima mencionado.	

### 9.1.3 Cumprimento do Acórdão TCU – Plenário 1449/2012

O Tribunal de Contas da União, nos termos do Acórdão nº 1449/2012 – TCU - Plenário, determinou ao DPF que :

*9.1.3 inclua, nos relatórios anuais de gestão referentes aos exercícios de 2012 a 2016, tópico específico sobre as providências adotadas para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório, consoante às disposições do Decreto 2271/97 e às determinações descritas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2.*

Em cumprimento ao Acórdão em questão, foi entregue no TCU, sob protocolo 49.46.067-6, de 21/12/12, Plano de Ação para a regularização da terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente, os terceirizados por servidores do quadro.

Após estudos realizados pela administração do órgão, concluiu-se pela necessidade de criação de 1.900 cargos de Agente Administrativo do Plano Especial de Cargos, nível intermediário, para operacionalização do controle migratório nos aeroportos internacionais, portos e postos de fronteira.

Nesse sentido, foram realizadas gestões junto ao Ministério da Justiça para a realização de concurso público para o provimento das vagas necessárias, sendo encaminhado ao Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG minuta de Projeto de Lei que trata da reestruturação da carreira administrativa do DPF, com o propósito de convertê-la na Carreira Técnico-Administrativa da Polícia Federal, com a criação de 5.000 (cinco mil) cargos, entre níveis intermediário e superior.

Outra ação adotada pelo Órgão culminou na autorização do MPOG, em 2013, para realização de concurso público para provimento de 534 (quinhentos e trinta e quatro) vagas com o fim de suprir a necessidade premente do órgão, em razão de aposentadorias e exonerações.

Em face das dificuldades do DPF na obtenção dos concursos públicos necessários à efetiva regularização da situação, foi estabelecida cooperação com a Infraero a fim de empregar funcionários da empresa no apoio às atividades de controle migratório, impactando diretamente os níveis mínimos de supervisão por servidores policiais.

## 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

### 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### QUADRO 43: RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Polícia Federal			324
Recomendações da CGU			
Recomendações Expedidas pela CGU			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306174	1.2.1.1	Memorando nº 69/2013-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF			22351
Descrição da Recomendação:			
<p>Deficiências nos procedimentos quanto à pesquisa de preços para a escolha da instituição para a realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos.</p> <p>Que a Unidade, quando das contratações por meio da dispensa de licitação com base no inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, proceda à devida pesquisa de mercado junto a outras instituições aptas a prestarem os serviços almejados, de forma a evidenciar que foi devidamente verificado o preço a ser cobrado por essas outras entidades para a prestação do mesmo serviço, e não apenas, os preços praticados pela instituição que se pretende contratar junto a outros órgãos que a contrataram.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Licitações e Contratos – DICON/COAD/DLOG/DPF			70601
Síntese da Providência Adotada			
<p>Resposta em setembro/2013</p> <p>A recomendação foi atendida em relação à contratação imediatamente subsequente, processo 08064.001268/2012-DGP/DPF, cujo objeto era a contratação para realização de concurso público para o provimento de 150 (cento e cinquenta) cargos de Delegado de Polícia Federal, 100 (cem) cargos de Perito Criminal Federal e de 350 (trezentos e cinquenta) cargos de Escrivão de Polícia Federal. As melhorias foram constatadas e expostas pela CGU no relatório. Informo, ainda, que se encontra em curso o processo 08063.000101/2013-81 para contratação de concurso público para provimento de cargos do Plano Especial de Cargos, no qual também foi observada a recomendação do órgão de controle interno.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores envolvidos no processo.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201306174	1.2.1.2	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF			22351
Descrição da Recomendação:			
<p>Pagamentos realizados sem o detalhamento do valor efetivamente devido.</p> <p>Quando da realização de pagamentos, a Unidade atente para as formalidades que de fato atestem os valores a serem pagos, em especial, quando se referirem a valores contratuais que estejam vinculados a outros quesitos para a formação do montante devido.</p>			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Licitações e Contratos – DICON/COAD			70601
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira – DEOF/COAD			22359
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Resposta em setembro/2013</b>			
As unidades interessadas foram comunicadas da presente recomendação, informado que atenderão à recomendação em ocasiões futuras.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A recomendação está sendo atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores envolvidos nos procedimentos de pagamento.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	201306174	1.3.1.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Inteligência Policial – DIP/DPF			22366
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Aplicação do suprimento de verba secreta em desacordo com o previsto nos artigos 5º e 9º da IN nº 49-DG/DPF (alínea 'b'); e Ausência de comprovação da despesa paga por meio do Recibo s/nº, junto à Pessoa Jurídica. Quando da aprovação da prestação de contas de Suprimento de Verba Secreta, atentar para que seja aplicada rotina de conferência da documentação apresentada quanto a sua elegibilidade, legalidade e a sua correta aplicação para os fins a que se destinam.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Inteligência Policial – DIP/DPF			22366
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Resposta em setembro/2013</b>			
A Unidade informa que a recomendação será integralmente acatada e cumprida pela Diretoria de Inteligência Policial (DIP) imediatamente no bojo de todos os processos de prestação de contas da DIP/DPF.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A recomendação foi atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores envolvidos no processo.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	201306174	1.3.1.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/DPF			22253
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Aplicação do suprimento de verba secreta em desacordo com o previsto nos artigos 5º e 9º da IN nº 49-DG/DPF (alínea 'b'); e Ausência de comprovação da despesa paga por meio do Recibo s/nº, junto à Pessoa Jurídica. Quanto à aquisição de alimentação para cumprimento de missão, inserir informação do quantitativo na Ordem de Missão, com vistas a orientar o servidor que irá atestar a prestação do serviço.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>

Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/DPF			22253
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A Coordenação de Aviação Operacional - CAOP/DIREX informou que indicará na OMP o quantitativo de pessoas (policiais e/ou presos) para as quais deve haver aquisição de alimentação, a fim de orientar o servidor que irá atestar a execução do serviço.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A recomendação está sendo atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores envolvidos no processo.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	201306174	1.3.1.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF			22351
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Aplicação do suprimento de verba secreta em desacordo com o previsto nos artigos 5º e 9º da IN nº 49-DG/DPF (alínea 'b'); e Ausência de comprovação da despesa paga por meio do Recibo s/nº, junto à Pessoa Jurídica. Efetuar e anexar aos autos, pesquisa de preços que demonstre o valor de bem a ser reparado, bem como incluir a informação do número do seu patrimônio na nota fiscal.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Material – DMAT/COAD/DLOG/DPF			22352
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A Unidade encaminhou a Informação nº 004/2013-CONTRATO/DMAT/COAD, na qual estão discriminados tanto o número do patrimônio quanto os valores dos bens. Foi Informado à época que, em razão da urgência da demanda, o não atendimento colocaria em risco o cumprimento dos prazos estabelecidos. Assim, a Administração atuou de forma tempestiva de modo a evitar os prejuízos decorrentes. Contudo, a DMAT/COAD já adotou nos seus procedimentos a presente recomendação.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A recomendação foi atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores da DMAT/COAD/DLOG/DPF envolvidos no processo.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	201306174	2.2.1.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP//DPF			75392
Corregedoria Geral da Polícia Federal – COGER/DPF			22338
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Não inclusão, na folha de pagamento, dos descontos dos dias em que o servidor esteve afastado do trabalho em virtude da aplicação da penalidade de suspensão. À Diretoria de Gestão de Pessoal e a Corregedoria do DPF adotem rotina capaz de identificar a ausência da inclusão na folha de pagamento do servidor apenas, com vistas a surtir o efeito desejado em razão da penalidade aplicada.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código</b>

			<b>SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF Corregedoria Geral da Polícia Federal – COGER/DPF			22395 22338
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>No ano de 2013, foi publicada a IN n.º 076, que regulamenta os procedimentos de natureza disciplinar no âmbito do Departamento de Polícia Federal. Com efeito, o novo regulamento estabeleceu regras e definiu rotinas a serem observadas por órgãos integrantes da COGER, DGP e também pela chefia imediata do servidor apenado.</p> <p>“Art. 204. As penas de advertência e repreensão produzem seus efeitos com a publicação da portaria punitiva, cabendo ao SEPD/CODIS/COGER, no âmbito dos órgãos centrais, ao NUDIS, no âmbito das Superintendências Regionais, e ao Chefe da Delegacia, no âmbito de sua unidade, providenciar a atualização do SAD e do CGU-PAD, bem como comunicar a publicação da portaria punitiva ao Setor de Recursos Humanos da unidade onde o servidor estiver lotado, para registro nos seus assentamentos funcionais.</p> <p>Art. 205. Publicada a portaria punitiva em boletim de serviço, o chefe do SEPD/CODIS/COGER, no âmbito dos órgãos centrais, o chefe do NUDIS, no âmbito das Superintendências Regionais e das Delegacias Descentralizadas, provocará a chefia do servidor para o imediato cumprimento da pena de suspensão.</p> <p>§ 1º. O cumprimento da penalidade ocorrerá após a notificação do servidor.</p> <p>§ 2º. Caberá ao SEPD/CODIS/COGER acompanhar o cumprimento da penalidade de suspensão em todas as unidades.</p> <p>§ 3º. A chefia imediata, após providenciar a notificação pessoal do apenado, comunicará o período do cumprimento da pena ao SEPD/CODIS/COGER e à CRH/DGP nos órgãos centrais, ou à Corregedoria Regional e ao Setor de Recursos Humanos, quando o processo tramitar nas unidades Descentralizadas.</p> <p>§ 4º. A CRH/DGP, relativamente aos servidores lotados nos órgãos centrais, ou o Setor de Recursos Humanos, no tocante aos demais servidores, providenciará o registro do cumprimento da pena nos assentamentos funcionais do servidor e o desconto dos dias de suspensão na sua remuneração”</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Embora a inovação regulamentar tenha ocorrida no final do ano de 2013, comprometendo, assim, a análise completa do resultado no exercício, seu advento possibilitou a superação de impasses acerca dos papéis das unidades administrativas responsáveis pelo registro e controle das rotinas reguladas.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A inovação normativa foi bastante positiva e concorrerá, sensivelmente, para o aperfeiçoamento do controle de rotinas.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	201306174	2.2.2.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF			22395
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<b>Ausência de cadastro no sistema SISAC de atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão civil.</b> Estabelecer mecanismos adequados de controle para que os registros funcionais no SISAC sejam cadastrados dentro do prazo estabelecido pela legislação.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF			22395
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O SEAP/DRH montou um grupo especial de trabalho para atualizar todos os cadastros atrasados. O grupo trabalhou intensivamente por três meses seguidos e contou com o apoio de duas servidoras especializadas recrutadas de outras unidades do DPF para conclusão dos trabalhos entre os meses de agosto e novembro/2013.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Na auditoria da CGU neste mês de fevereiro/2014 os cadastramentos já estavam em dia.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Após a regularização dos cadastros, a providência permanente é aumentar o número de servidores nessa atividade			

do setor, o que está na dependência de conclusão do concurso público da área de apoio administrativo que está em andamento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201306174	2.2.3.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF			22395
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Falta de rotina de acompanhamento dos atos de pessoal resultam pendências que podem importar em prejuízo ao erário. Recomendação 1: Estabelecer rotina de acompanhamento tempestivo e eficaz das ocorrências impróprias detectadas de forma a conciliar os registros constantes do SIAPE com a legislação aplicável no tocante aos pagamentos, concessão de aposentadoria, reforma e pensão.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF			22395
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As ocorrências impróprias sobre aposentadorias e pensões, quando identificadas, ensejam o processo de revisão para a devida correção.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As revisões são levadas até conclusão final e correção devida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As revisões e correções são seriamente prejudicadas pela falta de quadro técnico específico e na quantidade suficiente.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201306174	Achados de Auditoria 201306194 Item 1.1..1.1	Memorando nº69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF			331
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Ausência de três propostas válidas com vistas a validar a pesquisa de preços; e, ausência de justificativas por falta de atendimento, em parte, das recomendações da CONJUR-MJ. Quando da realização dos certames licitatórios, proceder à ampla pesquisa de mercado, obtendo ao menos três pesquisas válidas, com vistas a obtenção de melhores preços para a administração.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF			331
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Atualização do checklist de contratações da unidade com a inclusão de item específico e prévio à publicação do pregão para verificação da existência de três propostas válidas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Garantido o cumprimento do procedimento recomendado			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Grande dificuldade na obtenção de propostas comerciais			
Ordem	Identificação do	Item do RA	Comunicação Expedida

	<b>Relatório de Auditoria</b>		
10	201306174	Achados de Auditoria 201306194 Item 1.2..1.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF			331
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Contratação de serviços para desenvolvimento de Software, por meio de termo de cooperação, sem salvaguarda de que os softwares associados seriam desenvolvidos por terceiros e de sua efetiva utilização. Adotar providências no sentido de buscar soluções imediatas com vistas a concluir e efetivar o funcionamento do sistema e-Pol, com vistas à melhoria dos projetos gestão das informações Cartorárias e implantação da excelência em produção e custódia de provas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF			331
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Assinatura de novo termo de cooperação, diretamente com a UFCG; ii) Formalização da nova equipe, através de portaria do Diretor-Geral.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do sistema e-POL.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	201306174	Achados de Auditoria 201306194 Item 1.3..1.1	Memorando nº 69/2013 – AECI/MJ
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF			22351
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Ausência de normativos que regulamentam as aquisições por meio de carta de crédito. Incluir, para os casos que exijam compra de moeda estrangeira, nos editais e contratos, cláusulas contratuais que possibilitem ao Gestor exigir da contratada maior celeridade na entrega de documentos solicitados pela instituição financeira responsável pela emissão da Carta de Crédito, em atendimento ao contido nos artigos 54 e 55 da Lei 8.666/93.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Licitações e Contratos – DICON/COAD/DLOG/DPF			70601
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
As unidades interessadas foram comunicadas da presente recomendação, informado que atenderão à recomendação em ocasiões futuras. A fim de definir procedimento no âmbito desta unidade gestora, foram expedidos os Memorandos 184 e 185/2013-GAB/COAD, destinados ao Serviço de Compras e ao Serviço de Contratos e Convênios, respectivamente, para fazerem constar no Edital e no Contrato obrigação da licitante vencedora/contratada apresentar a documentação relativa à abertura da carta de crédito de importação no momento da assinatura do contrato.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A recomendação foi atendida			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores envolvidas no processo.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>



12	244048	2.1.4.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Academia Nacional de Polícia			00329
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar a restituição aos cofres públicos, via Guia de Recolhimento Único - GRU, dos valores pagos a título de anuidade dos Conselhos Profissionais aqui tratados, sob pena de responsabilização pelo prejuízo causado à administração, encaminhando as cópias dos respectivos comprovantes a esta Controladoria-Geral da União.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Divisão de Administração da Academia Nacional de Polícia			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Enviado memorando ao servidor Frederico Sergio Lins de Castro Montenegro Filho, e reiterado posteriormente, solicitando o recolhimento dos valores pagos a título de anuidade do CREA.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
As restituições foram pagas em 10/09/2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
As restituições do servidor Frederico Sergio Lins de Castro Montenegro Filho eram as últimas pendências de restituição, referentes a pagamentos de anuidades de conselhos profissionais.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	244048	Recomendação 014	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Administração – COAD/DLOG/DPF			22351
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação 001: “Providenciar, no menor prazo possível, a disponibilização ao controle interno dos atos de pensão pendentes de inclusão no Sistema Sisac, nos termos da IN/TCU nº 055/2007.”			
Recomendação 002: “Implementar mecanismos de controle que permitam compatibilizar os registros de atos de concessão de aposentadorias e de pensões efetuados no Sisac com as informações funcionais constantes no SIAPE.”			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DGP/DPF			22395
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
O SEAP/DRH montou um grupo especial de trabalho para atualizar todos os cadastros atrasados. O grupo trabalhou intensivamente por três meses seguidos e contou com o apoio de duas servidoras especializadas recrutadas de outras unidades do DPF para conclusão dos trabalhos entre os meses de agosto e novembro/2013.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
A recomendação foi atendida			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A recomendação foi bem aceita pelos servidores envolvidas no processo.			

## 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

### QUADRO 44: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
<b>Denominação completa:</b>	<b>Código SIORG</b>

Departamento de Policia Federal			324
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108757	3.1.2.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Técnico-Científica			075391
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação nº 002: Instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade de quem deu causa à contratação por inexigibilidade sem que restasse comprovada a inviabilidade da competição; a exclusividade do fornecimento; e que inexistiam produtos similares capazes de atender às necessidades da Unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Técnico-Científica			075391
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Considerando que não houve prejuízo ao erário, conforme demonstrado no Ofício nº 182/2011-SELOG/DITEC, bem como pelo fato de haver sido apresentada a Declaração de Exclusividade emitida pela Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás, referente à distribuição exclusiva do EVOFINDER para o mercado do Brasil. Considerando, ainda, que houve um extenso estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho que tratou do Projeto para o Sistema Nacional de Padrões Balísticos, feito em 2005, no qual os demais produtos foram analisados tecnicamente e não apresentavam características que pudessem atender às necessidades desta DITEC – Anexo 2 à Informação 003/2011 – APBAL/INS/DITEC/DPF. Entendemos ser desnecessária a abertura do processo administrativo objeto desta recomendação, nesse sentido, não há providências a serem implementadas, uma vez que entendemos que a recomendação deve ser cancelada. Em reunião realizada com a Equipe de Auditoria da CGU, em 28/10/2011, a equipe de auditoria apresentou o seguinte encaminhamento: “Considerando os levantamentos efetuados pela Unidade previamente à contratação, não constantes dos autos processuais e somente apresentados em resposta ao Rel. Preliminar após o prazo estabelecido, verificou-se, com os novos argumentos, que não se faz necessária a apuração de responsabilidade.”			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não houve.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201108757	3.1.2.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Técnico-Científica			075391
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendação nº 003: Instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade de quem deu causa à contratação por inexigibilidade de licitação sem que restasse comprovada nos autos do processo a compatibilidade do preço ofertado pela empresa contratada e o praticado no mercado.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Técnico-Científica			075391
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
Considerando que não houve prejuízo ao erário, conforme demonstrado no Ofício nº 182/2011-SELOG/DITEC, pela comparação do preço de aquisição do mesmo sistema pela Polícia Civil do Distrito Federal (Pregão			

Eletrônico 0575/2010, item 7, realizado em 9/8/2010), na qual constata-se uma economia estimada de R\$ 102.962,00 (cento e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais) na aquisição feita pela DITEC/DPF, o que comprova que a opção foi a mais vantajosa para a Administração; entendemos ser desnecessária a abertura do processo administrativo objeto desta recomendação.

Entendemos ser desnecessária a abertura do processo administrativo objeto desta recomendação, nesse sentido, não há providências a serem implementadas, uma vez que entendemos que a recomendação deve ser cancelada. Em reunião realizada com a Equipe de Auditoria da CGU, em 28/10/2011, a equipe de auditoria apresentou o seguinte encaminhamento: “Considerando os argumentos trazidos pela Unidade em resposta ao Relatório Preliminar após o prazo estabelecido, verificou-se, com base nos novos argumentos, que não se faz necessária a apuração de responsabilidade.”

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não houve.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201112028	Constatação 002	-

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Coordenação de Administração	22351

**Descrição da Recomendação:**

Recomendação nº 002:

Observar, doravante, quando da aquisição de veículos, as orientações contidas na Instrução Normativa nº 03/08, principalmente quanto ao preenchimento do Anexo II - Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção dos Veículos Oficiais, considerado fundamental para a boa elaboração do Anexo IV - Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, que deve ser assinado pela autoridade superior desse Departamento de Polícia Federal.

Recomendação nº 003:

Implementar sistema informatizado específico de controle do estado de utilização/conservação dos veículos que compõem a frota do DPF ou adaptar o já existente, de modo a permitir ao gestor tomada de decisão gerencial adequada, como por exemplo, adquirir novas viaturas ou renovar um contrato de manutenção, bem como subsidiando o setor de planejamento nas justificativas da substituição de viaturas ou da aquisição para aumento da frota.

**Providências Adotadas**

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Serviços Gerais	23183

**Justificativa para o seu não cumprimento:**

O cadastramento dos dados dos veículos no sistema e-Log está na fase de refino e atualizações, inclusive no que se refere ao módulo Transportes. O sistema será ajustado conforme constatações de melhorias entre a área de negócios (DSG/COAD) e a CGTI.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

A carência de pessoal do plano especial de cargos, que exercem funções administrativas na DSG. Tal situação será melhorada com a perspectiva de nomeação de novos servidores no primeiro semestre de 2014, em decorrência de concurso público.

### 9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**QUADRO 45: DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a	Situação em Relação às Exigências da Lei nº	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR
--	---	--

<b>Entregar a DBR</b>	<b>8.730/93</b>	<b>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Entregaram a DBR	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Não cumpriram a obrigação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Entregaram a DBR	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Não cumpriram a obrigação	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	987	0	0
	Entregaram a DBR	987	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: DGP

### 9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

À semelhança de anos anteriores, O SECAD/DRH/CRH, órgão vinculado à Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP/DPF, com base no art. 3.º, § 2.º do Decreto 5483/2005, adota como rotina a solicitação de autorização de acesso à DBR, por termo próprio, a todos os servidores ocupantes de cargo ou função gratificada. Essa autorização é colhida no momento da assinatura do termo de posse na função ou cargo comissionado, permanecendo ativa até a data de exoneração do servidor.

Em razão disso, dispensa-se a apresentação anual de DBR. Não há, porém, sistema informatizado para catalogação, bem como rotinas de análise das DBR's, com vistas à identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

#### 9.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

**QUADRO 46: MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
			Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
17	0	0	0	0	0	0	0	0

\* Especificar razões

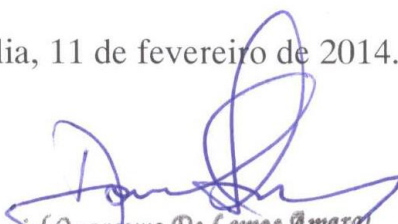
#### 9.5 Alimentação SIASG E SICONV

Não houve alimentação no SICONV, tendo em vista a ausência de convênios firmados nesta UJ.

### DECLARAÇÃO

Eu, **Daniel Quaresma De Lemos Amaral**, CPF nº 04277971792, **Coordenador de Administração** do Departamento de Polícia Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a publicação e termos aditivos, dos contratos firmados no exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

  
**Daniel Quaresma De Lemos Amaral**  
 Perito Criminal Federal  
 Coordenador da COAD/DLOG  
 Matrícula: 15108 - Primeira Classe

## 10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Nesta seção destaca-se o portal da instituição ([www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)), local onde está disponível o canal “Carta de Serviços”. Trata-se de uma ferramenta de gestão, criada pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), em que se apresenta manuais de serviços prestados pela instituição nas seguintes áreas: antecedentes criminais, armas, imigração, produtos químicos e segurança privada, oferecendo ao cidadão detalhes do funcionamento dos serviços executados pela PF, de acordo com a legislação.

Por meio do canal “Fale Conosco”, também no site do órgão, há um espaço onde o cidadão pode tirar dúvidas sobre a confecção do passaporte, sobre o controle de produtos químicos, além de poder fazer reclamações sobre o serviço prestado pelo DPF, e também fazer uma denúncia, que é remetida para a área afim.

No caso específico do passaporte, o telefone 194 é utilizado para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos sobre o serviço, além de passar informações complementares.

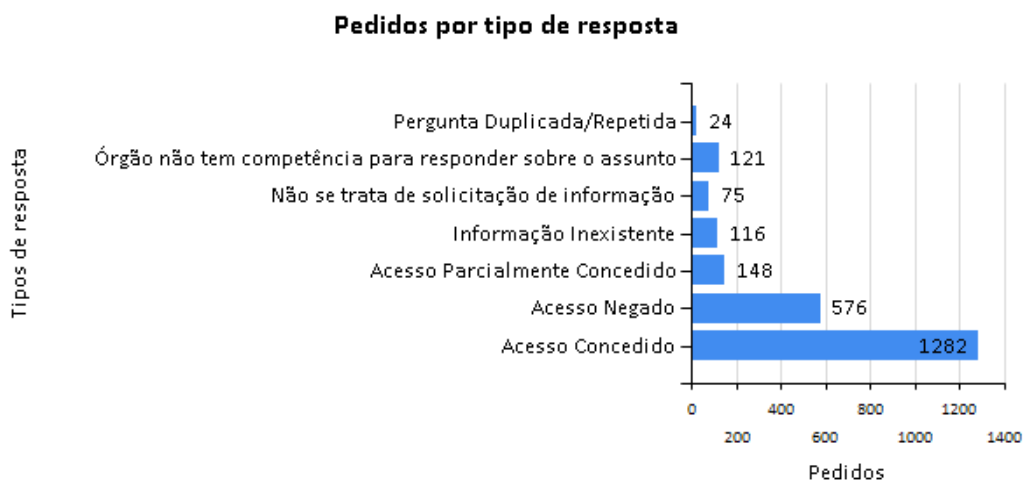
Além desses canais, a Polícia Federal recebe diversas solicitações, dúvidas, denúncias e reclamações por meio de suas mídias sociais (Facebook e Twitter), gerenciadas pela Divisão de Comunicação Social (DCS). As respostas e os esclarecimentos são enviados diretamente ao cidadão por meio de mensagens.

Também no portal da instituição ([www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)), existe o canal “Pesquisa de Satisfação”, um espaço disponível para que o cidadão avalie os serviços prestados pela Polícia Federal. Ao clicar em um banner disposto no site, qualquer cidadão pode avaliar os serviços realizados. Em relação ao atendimento, o cidadão pode avaliar os seguintes aspectos: a) acesso às informações sobre o serviço, b) horário de atendimento, c) cortesia e educação dos atendentes, d) tempo de espera para ser atendido, e) prazo para conclusão do serviço, f) localização da unidade da PF ou do posto de atendimento, g) instalações físicas e h) conservação e limpeza do local de atendimento.

Por último, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) se encontra em pleno funcionamento na PF, com acesso pelo site, via telefone ou atendimento pessoal na própria instituição. Por meio digital, há dois canais para acessar o serviço: a) site da Polícia Federal, no qual há uma parte destinada ao "acesso à informação", em que são divulgadas informações do órgão de interesse público e b) sistema e-SIC, administrado pela Controladoria-Geral da União, em que as pessoas podem registrar pedidos de informação à Polícia Federal. Nesse sistema também é possível interpor recurso contra as respostas aos pedidos, bem como registrar reclamação. Em relação ao SIC, a satisfação dos cidadãos pode ser verificada pela análise da quantidade e teor de recursos e reclamações.

A seguir são apresentados alguns resultados de atendimentos realizados pelo SIC:

**QUADRO 47: PEDIDOS SOLICITADOS AO SIC POR TIPO DE RESPOSTA**



**QUADRO 48: LOCALIZAÇÃO DOS SOLICITANTES**

Localização dos solicitantes			
Estado	no. de solicitantes	% dos solicitantes	no. de solicitações
AC	6	0,37%	7
AL	14	0,86%	21
AM	15	0,92%	18
AP	7	0,43%	8
BA	45	2,75%	57
CE	44	2,69%	44
DF	174	10,65%	285
ES	32	1,96%	35
GO	58	3,55%	71
MA	11	0,67%	11
MG	128	7,83%	180
MS	16	0,98%	22
MT	17	1,04%	18
PA	33	2,02%	36
PB	23	1,41%	66
PE	39	2,39%	49
PI	15	0,92%	20
PR	72	4,41%	111
RJ	211	12,91%	416
RN	22	1,35%	33
RO	22	1,35%	25

RR	11	0,67%	14
RS	91	5,57%	106
SC	53	3,24%	64
SE	10	0,61%	10
SP	431	26,38%	533
TO	4	0,24%	5
<b>TOTAL</b>	<b>1.604</b>	<b>100%</b>	<b>2.265</b>



## **11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ vem realizando a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída por meio da Portaria nº 121/2008-DLOG/DPF, de 10 de junho de 2008, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos no primeiro semestre de 2014.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:


- As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção; e
- A UJ não possui Ativo Diferido.


A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

## 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 11.2.1 Declaração Plena

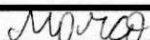
**QUADRO 49: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

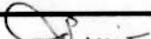
<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE - COF/DPF			200336
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília /DF</b>	<b>Data</b>	<b>27/01/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>GLADSTON GUIMARAES NAVES</b> 	<b>CRC n°</b>	<b>DF-12534/O-8</b>


<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - ANP/DG/DPF			200340
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília /DF</b>	<b>Data</b>	<b>27/01/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>GLADSTON GUIMARAES NAVES</b> 	<b>CRC nº</b>	<b>DF-12534/O-8</b>

### 11.2.2 Declaração com Ressalva

#### QUADRO 50: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD/DLOG/DPF			200334
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	MARCO ANTONIO CAMARGO GILIO 	CRC nº	DF-004685-O

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - CTI/GAB/DPF			200342
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA-DITEC/DPF			200406
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8

## 12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A seguir são apresentadas informações sobre a arrecadação da Polícia Federal, relacionadas ao exercício 2013, bem como dados consolidados da série histórica desde 2006:

**QUADRO 51: ARRECADAÇÃO DO FUNAPOL – EXERCÍCIO 2013**

ARRECADAÇÃO DO FUNAPOL - 2013										
MÊS	Fonte Vinculada: 174				Fonte Própria: 150					TOTAL
	MIGRAÇÃO	ARMAS	SEG.PRIVADA	QUÍMICOS	CONCURSOS	ALUGUÉIS	DEPORTAÇÃO	ALIENAÇÕES	JUDICIAIS	
JANEIRO	38.513.053,56	935.136,18	2.232.960,76	1.496.880,71	0,00	16.604,03	0,00	1,00	0,00	43.194.636,24
FEVEREIRO	40.521.025,44	787.733,73	2.099.252,39	2.376.799,50	0,00	15.349,23	0,00	0,00	0,00	45.800.160,29
MARCO	37.262.661,36	843.780,92	4.277.202,59	1.715.508,21	0,00	12.756,66	161,36	0,00	0,00	44.112.071,10
ABRIL	40.415.528,56	1.111.469,21	4.002.662,70	1.719.160,25	0,00	12.426,89	46,82	0,00	0,00	47.261.294,43
MAIO	37.060.042,82	1.006.092,81	3.875.842,88	1.607.279,15	1.569.059,92	13.133,82	41,98	0,00	0,00	45.131.493,38
JUNHO	31.439.751,72	879.057,57	4.969.052,66	1.534.627,31	8.102.905,74	12.616,28	3.026,27	0,00	0,00	46.941.037,55
JULHO	36.000.871,52	1.178.357,00	7.959.909,86	1.689.870,48	0,00	73.543,21	0,00	0,00	0,00	46.902.552,07
AGOSTO	33.890.191,35	1.109.735,52	4.945.412,83	1.782.954,34	300,00	14.157,03	24,83	0,00	0,00	41.742.775,90
SETEMBRO	31.237.822,41	1.102.564,17	5.110.854,76	1.555.860,07	0,00	16.967,71	0,00	0,00	0,00	39.024.069,12
OUTUBRO	33.297.854,90	1.046.547,85	9.645.295,49	1.484.151,28	156,07	14.234,53	0,00	1.012.717,00	0,00	46.500.957,12
NOVEMBRO	30.640.530,86	906.407,31	2.065.058,79	1.364.285,21	10,00	12.160,02	6.448,65	629,28	0,00	34.995.530,12
DEZEMBRO	27.026.740,76	1.041.093,02	4.368.162,40	1.224.072,56	6.178.067,80	16.733,18	0,00	0,00	54.405,20	39.909.274,92
<b>TOTAL</b>	<b>417.306.075,26</b>	<b>11.947.975,29</b>	<b>55.551.668,11</b>	<b>19.551.449,07</b>	<b>15.850.499,53</b>	<b>230.682,59</b>	<b>9.749,91</b>	<b>1.013.347,28</b>	<b>54.405,20</b>	<b>521.515.852,24</b>
PERCENTUAL	80,02%	2,29%	10,65%	3,75%	3,04%	0,04%	0,00%	0,19%	0,01%	100,00%

**QUADRO 52: ARRECAÇÃO – SÉRIE HISTÓRICA 2006/2013**

ARRECAÇÃO DO DPF - 2006/2013							
ANO	MIGRAÇÃO	ARMAS	SEG. PRIVADA	OUTROS	QUÍMICOS	TOTAL	PERCENTUAL
2006	147.011.998,78	11.745.601,41	31.827.026,49	99.836,21	14.022.764,30	204.707.227,19	100,00
2007	189.559.859,88	10.920.151,92	37.721.392,18	243.994,08	15.562.848,27	254.008.246,33	124,08
2008	247.403.436,86	5.183.984,30	36.647.986,77	0,00	15.318.661,64	304.554.069,57	148,78
2009	235.372.221,11	4.781.872,87	50.677.148,82	0,00	16.772.257,66	307.603.500,46	150,27
2010	312.294.651,49	6.714.872,21	48.781.334,05	0,00	17.109.732,15	384.900.589,90	188,02
2011	398.187.757,31	7.634.556,00	46.581.261,53	163.907,89	17.708.638,24	470.276.120,97	229,73
2012	372.483.042,25	8.558.025,08	49.650.584,06	25.882.891,76	17.660.141,29	474.234.684,44	231,66
2013	417.306.075,26	11.947.975,29	55.551.668,11	17.158.684,51	19.551.449,07	521.515.852,24	254,76

**Observação:** OUTROS - Diversas receitas como concursos, alugueis e alienações

